



BRASIL AGORA



ANO I Nº 24

28 DE SETEMBRO A 11 DE OUTUBRO DE 1992

CR\$ 7.000,00



GUSHIKEN

A CPI da Vasp dá muito o que falar

PÁGINA 7



PETROBRÁS

Sindicatos defendem o monopólio

PÁGINA 10



VERÍSSIMO

Um filho que merece o pai que tem

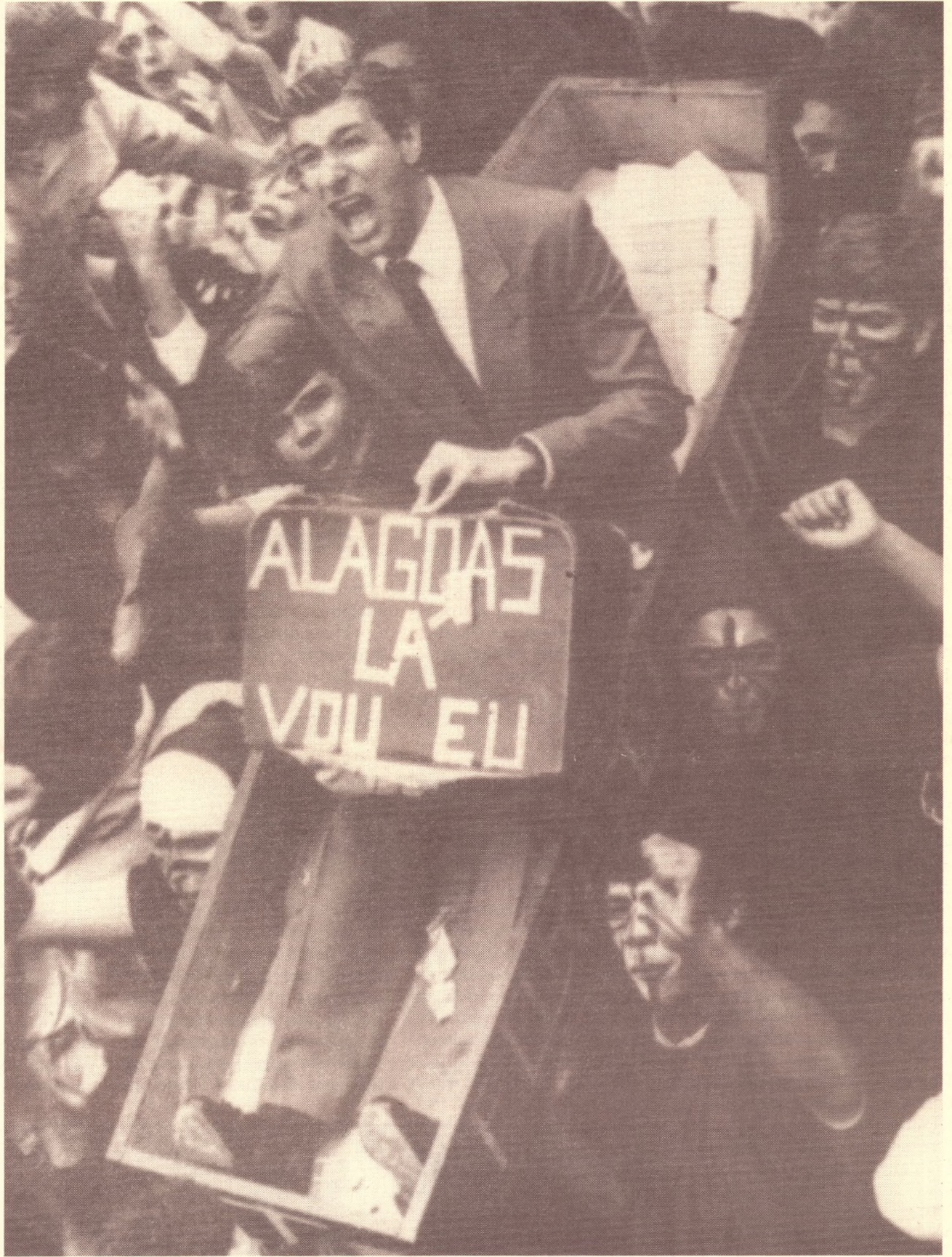
PÁGINAS 14 E 15



CAETANO

Fernando Brant fala do amigo baiano

PÁGINA 16



FIM DE CARREIRA

Se depender do povo e da maioria do Congresso, Collor já era.

PÁGINAS 4, 5 E 6

SE COLLOR FICA...

Numa tentativa de moralizar a caótica situação do país, principalmente no que se refere à corrupção, até então institucionalizada, o governo decide apoiar o projeto que institui a pena de morte.

Uma vez aprovada, é realizado um plebiscito sobre os procedimentos de execução, com as seguintes alternativas: fuzilamento, passar um dia na casa da Dinda, enforcamento, sobreviver com um salário-mínimo, cadeira elétrica, ser sentinela da rampa, ser sócio do PC ou ser filiado do PFL. O vencedor foi o fuzilamento, pois era opinião unânime da população que quaisquer outras alternativas seriam ultrajantes demais.

O próximo passo é a construção do muro. São contratados alguns apaniguados para a elaboração do detalhamento técnico. O terreno com certeza pertencerá a um outro apaniguado. O governo desapropria a área e paga uma indenização "justa", correspondente a dez vezes o valor do mercado.

Na licitação para a construção do muro, participam somente empresas de "notória especialização". Não é preciso dizer que o orçamento para a construção em pauta foi superfaturado, com contratos devidamente aprovados pela CEF e verbas liberadas pelo FGTS. A transação custará um pouco mais de 30 mil dólares, pela importância do "saneamento".

O muro fica pronto. Para inaugurá-lo, as autoridades decidem que alguém do "povão" deverá ter a gloriosa "prerrogativa". Este fato vem confirmar que o governo, ao contrário do que dizem, pensa na sofrida população.

O presidente gostaria de inaugurar o muro com o seu irmão, mas "chegaram" à conclusão de que com isso poderia ser acusado de "nepotismo". Para o muro ser preservado o governo aconselha que os "tucanos" mantenham uma certa distância.

Os convidados para o esperado evento são as mais altas esferas do poder. O "bispo" Edir Macedo para dar a última bênção, Sílvio Santos para divulgar a "tele-sena", o "governador dos pobres" ACM. Não poderia faltar Paulo Maluf, o autor do "estupra mas não mata". Comparecem ainda Erasmo Dias, Afanázio, "capitão" Ramiro, Nobel Moura e Jabes Rabello. Gil Gomes é convidado especialmente para narrar ao vivo o evento no programa "Aqui e Agora", com a assessoria do Homem do Sapato Branco.

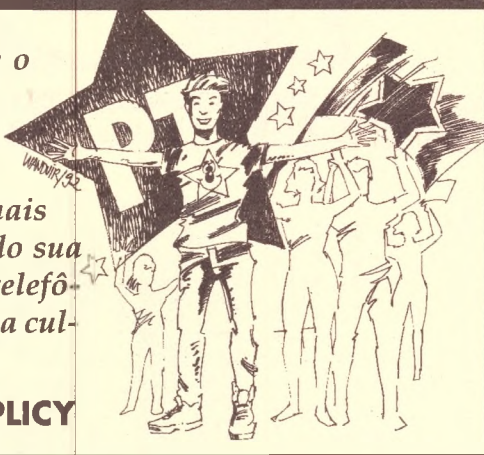
Chega a hora. Numa deferência à fama, Joãozinho Malta é convidado para dar o primeiro disparo. Os fuzis são disparados. Apesar da esqualidez do "premiado", seu impacto contra o muro causa o desmoronamento.

É então instituída uma CPI do muro no Congresso. São con-



"Transparência e Cidadania: no país onde o abuso do poder econômico nas eleições é regra, quero que minha campanha seja ética e todos saibam quem a financia. Por isso, criamos o Tele-Suplicy. Você telefona para 0800-1313 e mais dois números (05 ou 10 ou 50 ou 90) registrando sua contribuição, que será debitada em sua conta telefônica. Disque o Tele-Suplicy e faça parte da nova cultura política para o Brasil!"

EDUARDO SUPPLY



vocados todos os envolvidos na construção. Descobre-se que um operário colocou um tijolo de forma inadequada...

ANTÔNIO CARLOS FONSECA
São Paulo, SP

CONSPIRAÇÃO

Diante das investidas do presidente da República contra o ramo legislativo do poder político-estatal que, apesar de certas distorções, tem evidenciado alguma forma de identificação e de comprometimento com as forças políticas populares, é indispensável que o povo brasileiro denuncie a conspiração em curso, assumindo a defesa do ramo legislativo do poder político-estatal e da institucionalidade vigente que, não obstante inconfirmitários de qualquer primoriedade, servem melhor à sua nobre causa do que qualquer estado de excepcionalidade.

CARLOS EDUARDO DI PIETRO
São Paulo, SP

ÚNICA CHANCE

Fico aterrorizada quando escuto alguns cidadãos brasileiros falarem que o presidente Collor vai até o fim do mandato e que isto se justifica pela podridão existente em todos os setores do país.

Acontece que a podridão de outros não justifica a imundície de Collor e, se quisermos realmente lavar este país, será pelo único caminho que existe: colocar o

Collor fora já, e os outros depois.

Esta é a chance, temos que lutar até o fim. Quem assim não pensa, pode se dar um tiro, porque do contrário a esperança de uma vida digna e feliz morre com esta única chance. Coragem! Vamos à luta, peguemos nossas bandeiras, rumemos às ruas, às praças, levantemos nossas vozes num só coro: FORA COLLOR JÁ!

CLARICE FERREIRA DE ARAGÃO
São Paulo, SP

QUESTÃO BUCAL

Conseguir uma consulta com o dentista ainda é um privilégio acessível a apenas 15% dos brasileiros. A partir de 1974, com a aprovação do Congresso Nacional da Lei nº 6050, definiu-se que a fluoretação das águas seria o método preferencial de prevenção da cárie dentária, em nível nacional. Entretanto, para a surpresa geral, em fevereiro de 1991, o então ministro da Saúde, Alcení Guerra, lançou o "Programa nacional de controle da cárie pelo método da fluoretação do sal".

A firme reação demonstrada pelos serviços públicos municipais e estaduais e pela Federação Interestadual dos Odontologistas, na defesa da fluoretação das águas e apontando os graves riscos sanitários advindos da superposição de dois métodos sistêmicos - flúor na

água e no sal -, levaram o atual ministro da Saúde, Adib Jatene, a tornar insubsistentes os atos que impunham a obrigatoriedade da fluoretação do sal destinado ao consumo humano.

Entretanto, a irresponsabilidade nesse campo não é privilégio do ex-ministro Alcení Guerra. Vide o reconhecimento, por parte da SABESP, de que as águas de abastecimento público do estado de São Paulo não vêm tendo níveis adequados de flúor.

MARCOS MANFREDINI, PAULO CAPEL E DOUGLAS SCHNEIDER
São Paulo, SP

REVOLUCIONÁRIOS?

O artigo sobre a Nicarágua publicado no **Brasil Agora** nº 23 traz um alerta bastante oportuno, mas de certa forma incompleto. De fato, aos EUA não bastou a derrota eleitoral da FSLN. Querem derrubar aqueles sandinistas que permaneceram no controle do exército e da polícia, após as eleições de 1990. No entanto, a transferência das forças armadas para outras mãos não significará uma alteração radical na relação que estas passaram a cultivar com o povo nicaraguense.

Ocorre que a presidente Violeta Chamorro não esperou a troca do comando militar para dar início à desarticulação do movimento camponês e sindical, que vive um momento de intensa mobilização.

O que parecia se constituir em uma parcela do sandinismo dentro do novo governo acabou se revelando um componente do governo dentro de um sandinismo pós-eleitoral.

Já se tornou prática comum a intervenção violenta das forças armadas nos novos conflitos pela posse da terra. Em maio deste ano, por exemplo, o Exército Popular Sandinista utilizou helicópteros e tanques modelo T-55, de fabricação soviética, para garantir a devolução a ex-proprietários somosistas de sete fazendas na região de León, desalojando brutalmente os camponeses que as ocupavam.

Há apenas dois meses, em Manágua, ocorreu outro confronto semelhante. A polícia sandinista dispersou a tiros uma manifestação de ex-soldados sandinistas, que responderam também a tiros, resultando num saldo de treze feridos a bala.

Os ex-militares apenas reivindicavam a terra prometida pela presidente, como forma de se reintegrarem à vida civil, mas foram severamente criticados pelo general Humberto Ortega (comandante das Forças Armadas desde 1979), que os chamou de "delinquentes, vândalos e pessoas sem responsabilidade".

A violência militar vem acompanhada por novos símbolos. Em janeiro passado, o general Ortega concordou com a entrega da medalha "Camilo Ortega" ao adido militar da embaixada dos EUA em Manágua. O general justificou a homenagem, normalmente prestada aos heróis da Revolução, afirmando que o oficial americano defendera uma "relação digna e civilizada entre a Nicarágua e os EUA, pela qual nos temos historicamente lutado".

Instalou-se um nervoso debate político entre os membros da Direção Nacional da FSLN. Tomás Borge até ensaiou uma defesa do general: "Ele pode ter cometido um erro, mas será que isto o desvalorizaria para sempre como um revolucionário?" A questão estaria melhor formulada se fosse dirigida às Forças Armadas nicaraguenses como um todo: o que lhes teria restado de revolucionário?

JOÃO PEDRO RICALDES
Campinas, SP.

ERRATA

O especial sobre as eleições municipais, publicado no **Brasil Agora** nº 24, traz uma informação incorreta sobre a situação eleitoral em Angra dos Reis. O candidato a prefeito que ocupa o segundo lugar nas pesquisas (com 24% das intenções de voto) é Fernando Jordão, da Aliança Popular Progressista (coligação PDT-PMDB).

Em terceiro lugar está José Luiz Rezek, do PFL. Em primeiro lugar, com 38% das intenções de voto, está Luís Sérgio Nóbrega, da coligação PT-PSB.

TEAM tintas

TINTAS AUTOMOTIVAS E PARA CONSTRUÇÕES

Av. Vasconcelos Costa, 1567
UBERLÂNDIA - MG CEP 38401-131
PABX (034)235.2099

DIRETOR: JOÃO MACHADO. **EDITOR:** RUI FALCÃO. **REDAÇÃO:** ANTONIO MARTINS, FLÁVIO AGUIAR, JUAREZ GUIMARÃES, MOUZAR BENEDITO, VALTER POMAR. **SECRETÁRIA:** ADÉLIA CHAGAS. **SUCURSAL RIO GRANDE DO SUL:** LUCIANE FAGUNDES, JOSÉ LUIZ LIMA E MARCO ANTÔNIO SCHUSTER. **COPIESQUE E REVISÃO:** CELSO CRUZ. **DIGITAÇÃO:** ELIZABETE D. DA SILVA. **EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:** CACO BISOL, SILVANA PANZOLDO E JOTA. **COLABORADORES:** ALAN RODRIGUES, ALÍPIO FREIRE, ALOÍSIO MORAIS, ANDRÉ SINGER, ANTONIO CARLOS FON, ANTONIO CARLOS DE QUEIROZ, CLOVIS CASTRO, BERNARDO KUCINSKI, BRENO ALTMAN, CARLOS E. CARVALHO, CELSO HORTA, CELUS, CINTIA CAMPOS, CLÁUDIO SCHUSTER, DENISE NEUMANN, EDMILSON DE SOUZA, EMIR SADER, EUGÊNIO BUCCI, FERNANDA ESTIMA, FERNANDO PAIVA, FLAMARION MAUÉS, FLÁVIA DE SAMPAIO LEITE, FLÁVIO LOUREIRO, DA COSTA, GENARO URSO, HELIO SILVA, IVAN SEIXAS, ISAAC AKCELRUD, JAIME BRENER, JOÃO ANTONIO, JOSÉ AMÉRICO DIAS, JOSÉ ROCHA, JUSTINO PEREIRA, KIPPER, LINETE MARTINS, MANOEL ALVAREZ, MÁRCIA BRAGA, MÁRCIA MOREIRA, MÁRCIO BUENO, MÁRCIO VENCIGUERRA, MARCO AURÉLIO GARCIA, MARCOS SOARES, MARIA LÚCIA BRANDÃO, MARIO AUGUSTO JAKOBSSKIND, MARINGONI, MARISA MELIANI, MARIZA DIAS COSTA, MIADAIRA, MILTON FOGO, NELSON RIOS, NILMÁRIO

BRASIL AGORA

MIRANDA, NORMA SUELI O. REIS, NORA NAPOLI, OHI, PATO, PATRÍCIA CORNUS, PAULO BARBOSA, PAULO ROBERTO FERREIRA, PAULO ZILBERMANN, PEDRO ORTIZ, PERSEU ABRAMO, RAJUMUNDO PEREIRA, ROGÉRIO SOTTIU, RUTH BUENO DE ARAUJO, SÉRGIO CANOVA, SÉRGIO SISTER, WALTER ONO, WILADIMIR POMAR. A OPINIÃO DOS ARTICULISTAS NÃO REFLETE

NECESSARIAMENTE A LINHA EDITORIAL DO JORNAL.

BRASIL AGORA É UMA PUBLICAÇÃO QUINZENAL DA EDITORA BRASIL AGORA LTDA. - ALAMEDA GLETE, 1049 - CEP 01215 - SÃO PAULO (SP). FONES: 222-6318. FAX: (011)222.2865.

GERENTE GERAL: HUGO SCOTTE. **ADMINISTRAÇÃO:** M^ª ALICE DE P. SANTOS. **ASSISTENTE:** IVANILDA ALVES. **CIRCULAÇÃO:** JOSÉ LUIS NADAI, MARIA ODETE G. DE CARVALHO.

ASSINATURAS: ANA MARIA ALVES, PAULO M. SOLDANO, GUIBA GENESTRA (DIGITAÇÃO) - FONES: 223.2974 e 220.7718. **EXPEDIÇÃO:** PAULO E. SOLDANO. **SERVIÇOS GERAIS:** EUSILVANIA M. FERREIRA, FERNANDO S. SIQUEIRA, JOÃO A. GUEVARA, LUCILENE B. SILVA, MARCELO L. C. PONTES. **IMPRESSÃO:** DCI. **DISTRIBUIÇÃO:** DINAP S/A.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 35.000 EXEMPLARES FORAM IMPRESSOS NO DIA 27 DE AGOSTO DE 1992.

JORNALISTA RESPONSÁVEL: RUI FALCÃO



A aurora do quarto reich???

Em meados de agosto a polícia política da Alemanha, que atende pelo sugestivo nome de "Serviço de Defesa da Constituição", divulgou seu relatório referente a 1991. Os números não negam: o radicalismo da extrema-direita vem assumindo proporções assustadoras, com 1483 delitos registrados, cinco vezes e meia mais que em 1990. O relatório tenta relativizar o problema, cita fatores sócio-políticos como o galopante desemprego e o fluxo crescente de imigrantes, e lembra que a mesma tendência vem sendo observada em vários países europeus. Há indícios fortes de que os grupos neonazistas da Alemanha Ocidental têm dificuldade em cooptar os movimentos na parte oriental do país; estes são em sua maioria a reação ainda pouco ideologizada de uma juventude desorientada.

PIOR QUE EM 91. Os distúrbios de setembro de 1991, em Hoyerswerda, foram superados de longe pela onda de violência que começou a rolar pelo país uma semana após a divulgação daquele relatório, primeiro em Rostock, depois em Cottbus, em Quedlinburg, agora em Wismar... noite após noite, dezenas de atentados contra alojamentos de estrangeiros em busca de asilo político. Já seria preocupante o fato de que jovens de 14 anos lancem coquetéis molotov contra seres indefesos, sob o aplauso vindo dos balcões de uma classe trabalhadora desiludida com o processo de reunificação. Esta não é, porém, a maior ameaça à democracia na Alemanha. Mais grave ainda é o fracasso da sociedade alemã frente a estas convulsões. Fracasso da

classe política, que logo reacendeu a discussão em torno do artigo 16 da Constituição, sobre o direito de asilo político, procurando mesmo justificar a fúria com que "respeitáveis cidadãos" expressam sua opinião sobre o problema dos imigrantes. Raras as exceções que, como Burkhard Hirsch, do Partido Liberal (FDP), seguiram imediatamente para Rostock e de lá condenaram incondicionalmente a violência. Ou como Heinz Eggert, da conservadora União Democrata Cristã e ministro do Interior da Saxônia, que recomenda ao seu colega do norte da Alemanha, Kupfer, assumir a responsabilidade política e renunciar.

CONVÊNCIAS. Fracasso da polícia, sobrecarregada sim pelos sucessivos ataques em várias cidades, mas que vem reafirmando pelo menos por omissão a sua velha tendência direitista. Fracasso da justiça, que não é capaz de agilizar os processos contra os vândalos de Rostock e Cottbus ou de julgar os assassinos do angolano Amadeu Antonio como tais, condenando-os a penas surpreendentemente suaves pelo crime cometido em novembro de 1990.

Fracasso da Igreja Católica, que há poucos meses tocava os sinos nos campanários contra o aborto, pela "vida ainda não nascida", mas não é capaz de elevar com veemência a voz contra o atentado à vida já nascida de milhares de pobres coitados. É certo que a maioria dos alemães condena a violência. É também que há passeatas e atos de protesto contra os covardes ataques aos refugiados. Muitos procuram mesmo formar escudos vivos frente aos alojamen-

O P I N I Ã O

Uma desiludida classe trabalhadora aplaude as bombas lançadas contra seres indefesos

tos e expõem-se à agressividade dos vândalos. Não se pode porém negar que o clima aqui na Alemanha está ficando áspero. A maioria silenciosa parece estar ficando amedrontada, ao passo que a violência se espalha e já vem atingindo as moradias particulares de vietnamitas ou mesmo diplomatas.

Urge tomar medidas enérgicas contra a violência e o vandalismo. Em vez de perder tempo com discussões inúteis sobre o artigo 16 da Constituição, os políticos deveriam procurar agilizar os instrumentos já existentes para tratar adequadamente do problema. Ao invés de procurar encobrir os problemas sócio-econômicos, acirrando a xenofobia latente, eles deveriam procurar meios de evitar o desemprego na parte oriental, sem sobrecarregar os trabalhadores na parte ocidental. Antes de tudo, porém, eles não deveriam esquecer o primeiro artigo de sua própria Constituição: "A dignidade do Homem é intocável". De todo e qualquer ser humano, sem exceção.

PEDRO DOLABELLA PORTELLA,
do núcleo do PT em Berlim

EDITORIAL

A GRANDE CHANCE DAS INSTITUIÇÕES

A CPI da VASP pode ter resultados explosivos. É o que se deduz da entrevista com o deputado federal Luis Gushiken, representante do PT na CPI da VASP. Afinal, a investigação recai não apenas sobre Collor, mas também sobre o ex-governador paulista e atual presidente do PMDB, Orestes Quéricia (ver página 7).

Isso nos lembra o quanto é contraditória a composição do movimento pró-*impeachment*. Da mesma forma, as negociações em torno do provável governo Itamar são marcadas por todo tipo de ambigüidade, sendo forte a pressão dos que querem manter a política collorida, sem Collor (páginas 4 e 5). É o caso, por exemplo, da bancada ruralista, cujo voto pró ou contra o *impeachment* é disputado pelos principais articuladores políticos do Congresso (página 11).

Como o Congresso é majoritariamente conservador, a possibilidade de um pós-Collor mais progressista dependerá principalmente da mobilização popular. É por isso que devemos torcer pelo sucesso da paralisação que o Movimento pela Ética na Política planeja para o dia da votação da admissibilidade do *impeachment* (ver página 6).

Qual o impacto desta movimentação toda nas eleições municipais? Em se tratando de urna, nada é certo, mas já se pode perceber que as forças de esquerda ganharam um novo fôlego, proporcional à crise do governo (ver cobertura eleitoral nas páginas centrais).

Ainda nesta edição, dois ilustres convidados: o escritor Luís Fernando Veríssimo, entrevistado por Marco Antonio Schuster e José Luiz Lima (página 14 e 15), e Fernando Brant, que aceitou nosso convite para escrever um artigo sobre Caetano Veloso (última página).

Antes que circule nossa próxima edição, e salvo manobras protelatórias, o Brasil já conhecerá o destino do presidente Collor. Que as instituições funcionem. Se não o fizerem, que não reclamem depois, porque haverá muitos filhos honrados que não fugirão à luta.

O EDITOR

A FOTO DESTA EDIÇÃO É DE FERNANDA ESTIMA

Nova República... outra vez?

A recessão econômica, destruição do emprego, ampliação da miséria, imobilização tanto política quanto econômica das classes subalternas. Este é o resultado do governo Collor. A corrupção por si só jamais teria conseguido realizar tanta destruição. A ação da CPI sintetizou, em um curto espaço de tempo, anos e anos de crítica. A reação à corrupção criou o clima que potenciou as manifestações populares, mas é também o elemento que poderá permitir a volta ao campo meramente institucional. O que está em questão é a maneira de fazer política atualizada pelo neoliberalismo em uma sociedade onde governos e empresários sempre tiveram as mãos livres para atuar.

Os neoliberais falam no "desaparecimento" das classes; formulam uma proposta implícita do pacto social automático, no cotidiano, despolitizado, despolitizante; promovem a desqualificação das lutas sindicais e das organizações independentes dos trabalhadores. A intervenção política das classes subalternas nessa pesada conjuntura foi dificultada tanto pela "Crise do Leste" quanto pelo fortalecimento de uma barreira ideológica que "prova" as excelências, a superioridade da modernidade, a inexistência de alternativas ao capitalismo. Quanto mais setores de esquerda foram anteriormente sectários, mais facilmente caíram nas armadilhas de um liberalismo de "resultados". A forma das classes trabalhadoras responderem a essa ideologia, a esse brutal desafio é a construção de sua identidade, respeitadas as suas diversidades, e não perdê-la de vez, e não refluir para o

campo meramente econômico-corporativo como querem os liberais. As forças liberais tentam, política e ideologicamente, neste aparente consenso nacional, reafirmar o seu domínio sobre a sociedade. A mídia faz a apologia da espontaneidade das manifestações, plantando a idéia de uma inorganicidade social despolitizante. Falam dos "inimigos" do povo como "corruptos". Não falam que o problema está exatamente na política econômica neoliberal que destrói a condição de vida da maioria da população.

CAMBALACHO. O grande risco do movimento popular é hoje o de subordinar à proposta de mudar os personagens mantendo a política. Nós, do PT, não podemos aparecer diante da população como aqueles que permitiram, consciente ou inconscientemente, a instrumentalização da luta popular pelos dominantes.

Essa instrumentalização de mais uma proposta de governo de unidade nacional. Não devemos temer um eventual isolamento. Fraudar e frustrar as iniciativas populares será nossa destruição. Precisamos afirmar claramente: Nova República, nunca mais!

A posse do vice com a continuidade da política neoliberal significa uma séria derrota para o movimento popular e a perpetuação da crise. O discurso liberal tenta identificar a posse do vice com a defesa da legalidade. Existe outra concepção de legalidade. A que defende a Constituição por ser o instrumento jurídico que assegura conquistas sociais aos trabalhadores. Os neoliberais - entre eles os dirigentes da Força Sindical - querem que a Constituição seja revista para ade-

O P I N I Ã O

O grande risco do movimento popular é aceitar a proposta de mudar personagens mantendo a política

quar as instituições à perversa política neoliberal. Querem rasgar a Constituição para desobrigar o Estado com a Educação e Saúde pública e gratuita e a Seguridade Social Estatal. Não dá para aceitar. Precisamos lutar pela construção de uma alternativa política que coloque a democracia como questão central e exija o respeito à soberania popular e à participação ampla da população na formulação e implementação de políticas que respondam, do ponto de vista das classes trabalhadoras, à crise.

E que não se deixe impunes, mais uma vez, os responsáveis por toda essa situação.

EDMUNDO FERNANDES DIAS,
Terceiro vice-presidente nacional da Andes-SN.



OUVIDOR GERAL

A carta que Brizola escreveu comentando a visita de Lula a Roberto Marinho - *Carta a um fariseu* - contém um duplo erro. Primeiro, Lula não se transformou num fariseu, tendo ido solicitar uma cobertura decente à campanha anti-Collor. Em segundo lugar porque, a manter o espírito do título, Brizola deveria ter escrito então "De fariseu para fariseu", pelos meses a fio em que ele sustentou o pior governante que o Brasil já teve, rasgando seu passado e cuspidando em sua memória.

O problema da visita a Marinho é outro: é que as "províncias" das comunicações no Brasil ainda constituem um paço imaginário. E por mais que não seja, a visita dos dois teve um ar de rapapé. A imprensa brasileira vive da contradição de ser uma empresa capitalista dentro de um imaginário oligárquico. Nenhuma imprensa no mundo é tão privatizada como a nossa, tão livre de obrigações mínimas de respeito ao leitor e ao ouvinte ou ao espectador. O mesmo sistema de concessões de favor, que prende o seu rabo aos governantes de plantão, prende o rabo destes aos favores da imprensa - de seus capitalistas com donaires de barões. E o público, esse, é a massa de manobra - no limite a república dos idiotas a quem seiscentas palavras básicas bastam.

A imprensa fez Collor: talvez sem querer, Lula conseguiu essa confissão da boca do próprio Roberto Marinho. Este agora abre espaço para que se fale mal do presidente - como um suserano descontente com o serviço do donatário permite que se exponham em seu domínio as mazelas do vasalo. Antes Lula era o Satã aos olhos dessa oligarquia da grana e do favor. Agora, pior Satã é o traidor, aquele que traiu a "causa".

E a "causa" dessa gente sempre foi a própria: aquela de funda origem colonial, de sentir-se dono da civilização em terras de barbárie, que faz com que nossa burguesia, principalmente a crescida nas águas do sinistro milagre brasileiro, tenha sempre confundido dirigir um país com administrar e desfrutar eletrodomésticos da mais recente geração. Mutatis mutandis, é o mesmo impulso que faz o agora Chanceler Celso Lafer dirigir-se à Assembleia Geral das Nações Unidas em inglês, desprezando diplomaticamente sua língua e tradição.

Sem dúvida, a política tem vicissitudes, e o paço é uma delas, e o poder é outra. Dialogando, constrói-se a governabilidade, e a derrubada do Moloch do Planalto é causa suficiente e necessária para o diálogo com o suserano da mais potente rede de retransmissão do país. Mas não para esquecer. E não esquecemos.

FLÁVIO AGUIAR

ITAMAR FRANCO

TRAJETÓRIA EM ZIGUEZAGUE

A marca mais evidente no passado político do vice é a oscilação constante entre esquerda e direita

A prestigiada revista inglesa *The Economist* publicou, na edição que circulou semana passada, um documento revelador. Respondendo a uma reportagem estampada no número anterior, que o "acusava" de pôr em risco o programa neoliberal proposta por Collor, por defender a soberania nacional - algo que a publicação considera "ultrapassado" -, o vice-presidente do Brasil, Itamar Franco, responde com uma carta que *ataca e justifica, a um só tempo, a matéria*. Garante que sempre endossou "os pilares centrais do programa do governo", e que quer "a desregulamentação da economia e a privatização das empresas estatais". Ao mesmo tempo, julga que tal projeto pode ser executado mediante "legislação que leve em conta o interesse nacional".

A carta não é um fato isolado. O exame da trajetória política de Itamar revela, mais que tudo, uma sucessão de vaivéns. "Sim" e "não", chegou a filosofar ele uma vez, "a gente só diz na igreja - e mesmo assim erra com facilidade".

OPOSIÇÃO. Nascido em 1931, engenheiro civil e eletrotécnico, Itamar ingressou na política em 1954, quando candidatou-se sem êxito a uma vaga de vereador em Juiz de Fora (MG). Concorreu pelo PTB getulista, que, proscrito o PC, era o partido mais à esquerda no espectro eleitoral.

Desmantelado o antigo quadro partidário e imposto o bipartidarismo pelo Ato Institucional nº 2, o atual vice optou em 1966 pelo MDB. Era então secretário de Obras. A nova legenda o elegeu, naquele mesmo ano, à prefeitura de Juiz de Fora.

Reconduzido ao posto em 1972, Itamar adquiriu projeção nacional dois anos depois. O velho Tancredo Neves recusou-se a disputar pela legenda oposicionista a vaga de senador por Minas Gerais. Temia uma derrota tida como certa. Itamar, menos conhecido, topou na última hora. Elegeu-se montado na enxurrada de votos de protesto que infligiu derrota histórica à ditadura.

Integrou em 1979 a CPI que investigou o Acordo



Nuclear Brasil-Alemanha. Participou da comissão de parlamentares que examinou o projeto de lei de anistia parcial apresentado pelo governo Figueiredo. Servindo-se dessa condição, visitou os presos políticos em greve de fome do Presídio Milton Dias, no Rio.

Extinto o MDB, participou em 1979 da organização do PMDB de Minas, enquanto Tancredo procurava, com seu PP, uma saída mais à direita. Um ano depois, no entanto, defendeu a legalização dos PCs como forma de afastar do PMDB forças de esquerda, que, dizia, "não respeitam nem o Congresso Nacional nem o pacto social que o novo partido firmou...". Em 1981, quando PMDB e PP fundem-se novamente, Itamar faz críticas severas a Tancredo, e ameaça disputar com ele o governo do estado. Mas acomoda-se, e termina compondo, como candidato à reeleição ao Senado, a chapa peemedebista. Venceu.

Com a instalação do governo civil de José Sarney, e o estabelecimento de um quadro de opções ideológicas menos restrito, acentuam-se as oscilações. Em 1985, Itamar compõe a ala do PMDB mais

crítica à presença do PFL no governo. Muito crítico em relação ao próprio chefe do governo, diz, no fim do ano, que "uma campanha por diretas-já neste momento é como uma brasa que basta soprar para pegar fogo".

Um ano depois, no entanto, perde para Newton Cardoso a disputa interna do PMDB para indicação do candidato ao governo do estado. Derrotado, não vê outra opção a não ser... filiar-se ao PL, esomar-se ao PFL para manter a candidatura. Fracassa mais uma vez.

Abandona o PL em 1987, e destaca-se na Constituinte como "um dos senadores mais progressistas", na avaliação do DIAP. O órgão, que assessora os sindicatos em sua pressão pelos direitos dos trabalhadores, lhe dá nota 9, por ter votado pela estabilidade no emprego, jornada de 40 horas, reforma agrária, proteção da empresa nacional, direito de greve, comissões de fábrica, nacionalização do subsolo e contra os cinco anos de mandato para Sarney.

Ainda em 1988, Itamar engaja-se na CPI que investiga corrupção no governo Sarney. A ação destacada que

desenvolve nesta comissão faz com que seja sondado a participar como vice das chapas de Covas e de Brizola.

MÁS CAMPANHAS. Rejeita-as, porém, para compor com Collor, para surpresa de muitos. Ao explicar a decisão confessa seu deslumbramento com o atual presidente: "Temos excelentes candidatos", diz. "Mas para mim ele representa um Brasil que precisa se preparar com urgência para o terceiro milênio, cujas luzes, como dizem os poetas, já estamos vendo"...

Eleito vice, é marginalizado por Collor, cujos assessores chegam a especular, ainda antes da posse, que o presidente estuda uma fórmula para impedir que o vice assumira, mesmo durante as viagens do titular ao exterior. Em março de 1990, dias antes da posse, Itamar queixa-se de não ser consultado para nada: "Não há uma rotina de encontros entre eu e o presidente".

Em junho do mesmo ano faz as primeiras críticas ao governo, referentes à política salarial. É em 1991, no entanto, que suas objeções adquirem um sentido mais claro. Ataca em setembro o "Ementão", e ameaça destituir o

ENTRE COMPROMISSOS E PRESSÕES

Whos's Itamar? (Quem é Itamar?) Segundo o jornal *O Globo*, esta foi a pergunta mais ouvida por autoridades, consultores e jornalistas brasileiros durante a reunião do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, realizada há alguns dias em Washington. Seria ele um diabo nacionalista? Ou, ao contrário, seria um recém-convertido ao neoliberalismo? No momento parece que o lobby no Congresso Nacional para que Itamar mantenha em linhas gerais a política econômica de Collor é mais forte do que as pressões em favor de mudanças na orientação neoliberal.

No domingo, dia 20, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou longa matéria contendo o que seria o programa mínimo do provável governo Itamar Franco. Baseada em declarações dos senadores Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), Ronan Tito (PMDB-MG) e Maurício Corrêa (PDT-DF), o conteúdo da matéria foi confirmado no dia seguinte pelo próprio vice ao *Estadão*. Em síntese, os três senadores disseram que Itamar não pretende voltar atrás nos projetos de modernização da economia apresentados ao Congresso pelo presidente Collor, que incluem, entre outros, a privatização dos portos, o reconhecimento dos direitos de patente e a concessão de serviços públicos a empresas privadas. Também seria mantido o programa de privatização das empresas estatais, com a diferença de que Itamar pretende rediscutir o uso dos títulos públicos (as moedas-pôres) nos leilões. Igualmente, seria dado prosseguimento ao acordo da dívida externa que a equipe do ministro Marcílio Marques Moreira está negociando com o FMI. Ainda de acordo com o jornal, citando Fernando Henrique Cardoso, a negociação de um ajuste fiscal para o ano que vem seria a tarefa prioritária de Itamar nos quinze primeiros dias de seu governo.

O deputado José Carlos Sabóia (PSB-MA) afirma que Itamar "não vai renegar o seu passado. Mas para implementar qualquer programa, vai precisar de sustentação no Congresso". Sabóia discorda do "programa mínimo" divulgado pelo *Estadão*. No que se refere ao acordo da dívida externa, por exemplo: "Esse acordo inviabiliza o Orçamento da União para o ano que vem", diz, explicando que as previsões de verbas para o pagamento do serviço da dívida neste orçamento são maiores do que as do ano passado.

Aldo Rebelo, líder do PCdoB - cujo presidente, João Amazonas, foi recebido recentemente por Itamar, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro -, garante que nenhum programa mínimo está sendo discutido no momento. "Isso racharia a frente dos que

lutam pelo impeachment", afirma.

Adão Pretto, integrante da bancada rural do PT, informa que a bancada petista não tem discutido um programa mínimo para o governo Itamar, mesmo porque, pessoalmente, entende que "o PT deve continuar na oposição". Pretto não acredita em Itamar: "A diferença dele e do Collor é a mesma que há entre a pinga Três Fazendas e a Tremapé", ironiza. "As mudanças vão acontecer é no campo da democracia. O povo na rua vai pressionar e ele pode até fazer alguma coisa. Só o fato de ele não roubar - o que seria muito difícil ele fazer - já vai possibilitar que o povo viva um pouco melhor", diz Adão Pretto.

Já o presidente do PPS, Roberto Freire, acha que Itamar Franco deve continuar o que ele chama de "reforma do Estado", a qual inclui o programa de privatização das estatais, "embora com melhor procedimento", e a implementação de um sistema previdenciário em que teria lugar a previdência privada. Segundo Freire, na verdade o provável governo Itamar Franco já será parlamentarista, uma vez "que já assume com dois terços do Congresso".

Os deputados abertamente de direita começam também a botar as garras de fora. Depois de uma audiência com o vice-presidente, o deputado Luiz Girao (PDT-CE) disse ao *Estadão* do dia 21 que a bancada ruralista exigiu, em troca de seu apoio, que Itamar Franco não nomeie ninguém do PT para o comando do Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária. Outro deputado ligado à UDR, Vadão Gomes (PRN-SP), garantiu que a exigência será atendida. "Olho no olho, eu te digo que não faria isso", teria dito Itamar a Vadão.

Ao lado de tudo isso, o próprio Itamar procura mostrar-se confiável aos chamados "agentes econômicos". Numa carta enviada há duas semanas à revista britânica *The Economist*, o vice tentou mostrar à comunidade financeira internacional que não é o diabo nacionalista que seus inimigos tentam pintar. Ele disse que continua favorável à privatização das empresas estatais, desde que o processo esteja condicionado ao que chamou vagamente de "interesse nacional". A *Gazeta Mercantil* repercutiu a carta em Wall Street e chegou à conclusão de que as declarações do provável presidente do Brasil, com algumas exceções, foram muito bem recebidas no centro das finanças mundiais.

ANTONIO CARLOS QUEIROZ,
de Brasília

então ministro Jarbas Passarinho, que numa de suas interinidades evita informá-lo a respeito da articulação no Parlamento das propostas de reforma constitucional defendidas pelo governo. "Sou o presidente dessa droga e exijo ser informado de tudo", ordena o vice. Em outubro, ele volta-se novamente contra Collor, e condena de forma áspera a privatização da Usiminas.

Em 1992, quando se aprofunda o isolamento do presidente, Itamar se afasta definitivamente dele. Envia em 3 de maio carta ao presidente nacional do PRN, Daniel Tourinho, comunicando seu desligamento do partido. Três semanas depois, diz ao deputado Jamil Haddad (PSB-RJ): "Já não faço parte desse governo".

Mantém esta postura mesmo quando a reforma ministerial recompõe parcialmente o apoio de Collor junto às elites. Itamar não comparece sequer à posse. Entrevistado, diz que adotou "um gesto pessoal político", contra a condução ao governo de antigos servidores da ditadura.

Iniciados os trabalhos da CPI, Itamar faz uma tentativa nítida de dissolver a "má

imagem" com que as elites o enxergam, e de viabilizar-se como opção. Dá entrevista a *Isto É*, em 21/6, em que faz coro com vários jargões liberais. Responde, ao lhe perguntarem sobre suas posições "nacionalistas" que qualquer postura "jacobina" nesta direção "seria hoje um fóssil vivo, caminhando na contramão da história contemporânea". Entusiasmado, o senador Fernando Henrique pontifica em agosto: "O Itamar que assumirá a presidência não é o mesmo que condenou a venda da Usiminas".

Devedor ao mesmo tempo das manifestações populares gigantescas que minaram em definitivo a autoridade de Collor, e do Congresso de maioria muito conservadora que votará o impeachment de Collor, Itamar acrescenta suas oscilações pessoais ao contraditório quadro de forças que o deverá conduzir ao centro do poder. Resta saber o que fará, quando os próprios fatos lhe demonstrarem que, marcada a fundo pela desigualdade e fustigada como nunca pela crise, a sociedade brasileira rejeita as soluções ambíguas.

ANTONIO MARTINS

- A NOVA FOTO OFICIAL -



PROCURA-SE
SE TIVER INFORMAÇÕES, LIGUE PARA A POLÍCIA

DITO PELO DITO

Os empresários foram forçados a entrar no esquema de corrupção Collor-PC, diz o líder da classe, Amato "Todos somos corruptos". Tadinhos. Tão santinhos, tão impolutos, tão imaculados... e forçados a entrar nessa festa da corrupção! Foi um verdadeiro estupro. Ainda bem que Collor e PC seguiram o bordão malufista "estupra mas não mata". Os empresários, embora estuprados, continuam vivos. E põe vivos nisso.

Gozado é que embora sendo vítimas de uma extorsão, como dizem agora, não a tenham nunca denunciado. Mesmo com a CPI funcionando, quando o depoimento de alguns empresários, contando como PC "forçava" a contribuição para a caixinha collorida, poderia abreviar a história e liquidar de vez a fatura, mandando Collor e sua turma - no mínimo - para fora do governo, eles preferiram calar-se, fingir que não era com eles. Será a vergonha de se expor como "estuprado"? Ou será culpa no cartório?

O certo é que o único que foi lá é um "japonês maluco", conforme diziam. Não teve a solidariedade de seus colegas "estuprados". Mesmo o santinho Antônio Ermírio, convocado (e não voluntário) pela CPI, justificou a contribuição como um mero errinho inconseqüente de um "subalterno". Que bonzinho. Uns 300 mil dólares "jogados fora" e o "subalterno" é perdoado na maior. Será que ele trata todos os funcionários assim? Quero emprego na Votorantim!

Amato "Todos somos corruptos", estuprado, é tão cristão que perdoou o estuprador: não foi nem ao ato pelo impeachment do dia 18. Só faltou dar a outra face, ou melhor, o outro bolso.

Pois é, então, gente. Oremos pelos empresários. Ao invés deles serem aqueles caras que manipulam licitações, que sempre financiaram candidatos de direita, que deram dinheiro aos órgãos de repressão como Operação Bandeirante (OBAN) e DOI-Codi para matar e torturar opositores, que sempre forçaram o achatamento salarial, que financiaram o golpe militar, que demitem sem precisar, que mantêm listas "negras" (olha gente, são eles que dão esse nome). Se há racismo, não é meu) de militantes sindicais, que superfaturam ou subfaturam quando interessa e muito mais coisas ruins, são todos, mas todos mesmo, mártires, santos, anjos. E o líder deles, aquele que ameaçou ir embora do Brasil levando 800 mil santos empresários, Amato "Todos somos corruptos", só pode ser Deus.

MOUZAR BENEDITO

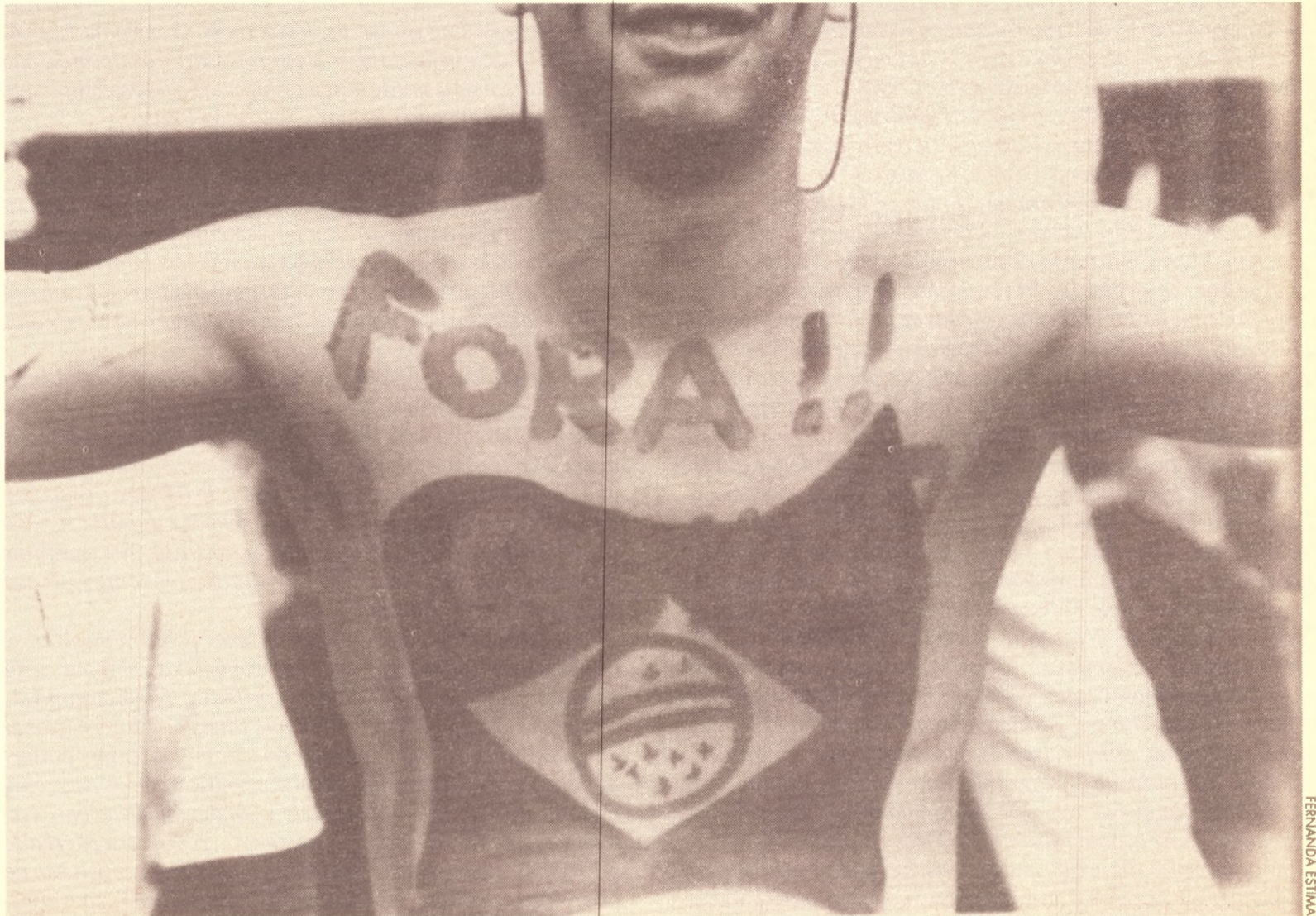
DIAS DE LUTA VIRÃO

Os conservadores tentam tirar o povo das ruas, no momento em que ele é mais importante para assegurar o desfecho positivo da crise

Depois de uma trégua aparente que durou meses, o jornal *O Estado de S. Paulo* direcionou outra vez suas baterias, no último dia 21, contra a CUT. Três dias antes, durante a grande manifestação pelo impeachment no Vale do Anhangabaú, Jair Meneghelli havia proposto greve geral por tempo indeterminado, caso a Câmara dos Deputados não afaste Collor da presidência. O diário da família Mesquita, irado, registrou: o presidente da CUT "não perdeu alguns dos traços que o marcam desde o início de sua carreira como dirigente sindical"; e em seguida atacou: "um deles é, a pretexto de qualquer coisa, ameaçar a sociedade com a mazorca... Estamos diante de alguém que... imagina que a política se faz com greves gerais".

A investida não foi um fato isolado. Nos últimos dias, tanto as forças ligadas ao Palácio do Planalto quanto certos setores da oposição conservadora esforçaram-se por afastar as massas populares das ruas. Os motivos são por certo diferentes. Collor e seus seguidores pretendem tirar de cena o fator que tem sido determinante para as chances cada vez maiores do impeachment. Alguns opositoristas julgam que, alcançado o objetivo de afastar Collor, as grandes mobilizações podem transformar-se num fator de desestabilização de seus planos.

A CHANCE DE COLLOR. O PT, agremiação mais forte do bloco que defendeu desde o início a formação da CPI, foi qualificado de "partido golpista, de ódios e rancores" pelo chefe de governo, no célebre jantar do dia 17, em que lançou xingamentos a seus opositores. Por trás da agressão estava por certo a esperança de que, esvaziadas as ruas, poderia ser possível rearmar um acordo entre as elites, e salvar o mandato. Não por acaso, o jornalista José Casado destacou na *Gazeta Mercantil*, em 20/9, que os últimos cartuchos do presidente eram o fim do Imposto Territorial Rural, para agradar os donos de terras (veja matéria na página 11) e a liberação de



Anhangabaú, 18 de setembro: impeachment à flor da pele

500 milhões de dólares para as empreiteiras de obras públicas, "cuja influência junto aos parlamentares é notória".

As manifestações, no entanto, não refluíram. 750 mil pessoas ocuparam o Anhangabaú dia 18; dia 22, 300 mil pediram *Fora Collor* em Recife e 100 mil fizeram o mesmo em Salvador; dia 23, atos igualmente muito expressivos ocorreram em Fortaleza, Belo Horizonte e Florianópolis. Nestas ocasiões, Lula foi sempre o político mais aplaudido, enquanto Quéricia, Fleury, Pedro Irujo e outros políticos que sustentam variantes do programa liberal não puderam evitar as vaias, mesmo montados no palanque.

CEGUEIRA CONSERVADORA. A oposição conservadora passou também ela a ver com reservas os comícios. No horário eleitoral gratuito de S. Paulo, o PMDB qualificou de "intolerantes" os partidos que apóiam Eduardo Suplicy, atribuindo a seus ativistas, apenas, as vaias no comício de S. Paulo, que partiram da nítida maioria dos manifestantes. A *Folha de S. Paulo* passou a sub-avaliar, ou simplesmente a desconhecer, os atos populares pelo impeachment. Avaliou em 70 mil os presentes ao Anhangabaú, dez vezes menos que as estimativas feitas pela própria PM. E chegou ao ridículo ao dedi-

car aos atos de Recife e Salvador, em 23/9, espaço menor que o reservado... à evolução da enfermidade de dona Leda Collor!

O período de incertezas e instabilidade que se seguirá à cada vez mais possível posse de Itamar parecia alarmar os conservadores, apesar das intensas articulações que continuavam a ser feitas para enquadrar seu governo (veja págs. 4 e 5). Principalmente depois da decisão adotada pelo STF em 22/9, quando foram derrubadas todas as tentativas protelatórias de Collor, um setor do movi-

mento pelo impeachment parece pensar que é hora de enrolar bandeiras, e transferir todas as expectativas para o Congresso e os tribunais.

Para a esquerda, no entanto, tudo indicava não haver caminho melhor que, sem descuidar da manutenção da frente, insistir na mobilização do povo. As pesquisas eleitorais divulgadas próximo do dia 20 indicavam um crescente do prestígio político dos partidos populares que seria muito difícil prever, até há poucos meses: seus candidatos registravam franco avanço em pelo menos 5 capitais

(Rio, Salvador, Belo Horizonte, Florianópolis e Rio Branco), e consolidavam quase todos os prognósticos positivos formulados anteriormente em outras. A energia que tornara possíveis as grandes manifestações parecia longe de se esgotar, e confiante nela a CUT e outras entidades mantinham a proposta de realizar na data da votação do impeachment uma paralisação nacional. O *Estadão* e os conservadores de todos os matizes pareciam ter motivos para pôr as barbas de molho.

ANTONIO MARTINS

O REI DA VAIA

Em menos de quinze dias, a Força Sindical de Luís Antonio Medeiros provou em dose tripla o sabor amargo dos resultados do seu apoio a Fernando Collor de Mello.

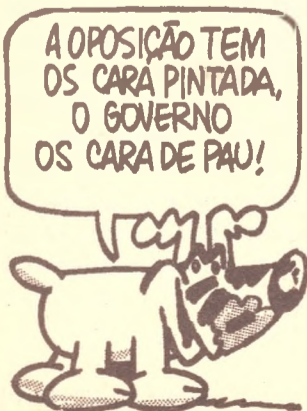
No dia 11 de setembro, tentou "lavar" a sua imagem collarida com a realização de um ato "pro-impeachment" na Praça da Sé, convocado por um aparato milionário, com direito a reclames no *Jornal Nacional da Rede Globo*. O ato, sob chuva, sem a presença (desconfirmada na última hora) da Fiesp, reuniu uns minguados cinco mil participantes.

No dia 18, diante das centenas de milhares de pessoas presentes no ato unitário realizado no Vale do Anhangabaú em São Paulo, Medeiros sofreu novo vexame: mal se ouvia a sua voz, diante da vaia monumental. Ganhou o título de "o mais vaiado do comício".

No dia 22, novo espinho para o líder da Força Sindical: o jornal *Diário Popular* divulgou denúncias de dois ex-funcionários do Sindicato

dos Metalúrgicos de São Paulo envolvendo Medeiros, o vice, o 2º vice-presidente e o tesoureiro em corrupção. Os quatro dirigentes foram acusados por Nelson Boaro, 60 anos, funcionário do setor de manutenção do sindicato durante doze anos, e Pedro Leme, 39, vinte anos como motorista da entidade, de terem desviado material para construção das obras da sede-escola do sindicato, financiada através de empréstimos da Caixa Econômica Federal. Teriam também utilizado funcionários do sindicato para uso pessoal e privado.

O motorista Pedro Leme conta também que ouviu do ex-assessor de Medeiros, Décio Cardoso - o famoso "Faixa", afastado em fevereiro deste ano quando da repercussão das denúncias envolvendo-o diretamente nas maracutaias de Magri -, que o dirigente da Força Sindical recebia dinheiro de Collor para apoiá-lo. O motorista teria ouvido a "confissão" quando da visita de Collor a Medeiros, em recuperação de um enfarte, em 12 de setembro de 1990.



Operação viciada

Apesar da correlação de forças desfavorável, a gravidade da crise política abre perspectivas para uma apuração profunda e rigorosa. Esta é a avaliação do representante do PT na CPI da VASP, o deputado federal Luís Gushiken. Em entrevista concedida a *Brasil Agora* no último dia 18.

HUGO SCOTTE



Que perspectivas você vê para a CPI da VASP?

A correlação de forças não é favorável. A comissão é composta de treze membros, e a oposição tem minoria. O PT, PDT e PSDB têm um membro cada e o PMDB dois. Os outros oito integrantes são governistas. Mas como a crise política é muito grave, pode ser que eles sejam obrigados a permitir a quebra do sigilo bancário dos envolvidos no período em que ocorreram as irregularidades, coisa que até agora não obtivemos. Isso detonaria novos fatos políticos e abriria perspectivas para uma apuração mais profunda e rigorosa.

A que tipo de alianças esta correlação tem levado?

A que tipo de alianças esta correlação tem levado? Como as irregularidades têm incidência ora contra o governo federal, ora contra o governo do estado de São Paulo, as minorias e maiorias são eventuais. Até o momento, apesar da maioria governista, o alvo predileto tem sido o Palácio do Planalto. Quando as investigações voltam-se contra o Quêrcia, surgem crises como

Em 15 minutos, Planalto e PMDB armaram a manobra

a de agora, que diz respeito à quebra de sigilos bancários. Apesar de todo nosso esforço, tudo que a CPI aprovou foi a solicitação dos extratos do Grupo PC Farias, Grupo Canhedo, Ana Maria Acioli, comissão de privatização das VASP, diretoria da VASP, Zélia Cardoso de Mello, Eduardo Teixeira e Roberto Guimarães. Além disso, a devassa refere-se a um período muito reduzido, que vai da data de publicação do edital de privatização até a posse do Canhedo - abril a outubro de 1990. Exclui, por exemplo, março de 1990, data em que já havia indícios fortes de recebimento de cheques de PC Farias. Estamos prisioneiros de um período muito curto.

Como tem sido a experiência de ter de contar na CPI com o apoio de um setor que o PT combate no plano federal?

É uma experiência muito delicada. Os interesses são vários. O PMDB bate no governo federal para evitar que se toque no Quêrcia. Os governistas batem no Quêrcia para limpar a barra do governo federal. Nós batemos em todo mundo de acordo com a tendência, mas nossa estratégia principal tem sido de bater mais no governo federal, devido aos vínculos que surgiram entre o Canhedo e a Ana Acioli. O PDT quer pegar o Quêrcia. No dia 17, por exemplo, prestou depoimento um ex-gerente da VASP, Onofre Servo, que denunciou, a meu ver sem consistência, ter recebido proposta de suborno em nome do Quêrcia. Levou como testemunha um feirante, que contou uma história muito mal formulada. Parece que o PDT estava por trás dessa denúncia.

O Canhedo escreveu um artigo na Folha de São Paulo que o PDT é suspeito, por ter ligações com a VARIG. Isso tem fundamento?

Tem fundamento. Um sinal é a presença da CPI do Aroldo Streck - um deputado do PDT gaúcho que é suplente da comissão. Além disso, o Brizola também é ligado aos interesses da VARIG, pelo menos são essas as notícias que circulam na comissão.

E o futuro da VASP. Vai falir ou volta para o governo estadual?

Isso ninguém pode saber. É preocupação de alguns deputados, e mesmo a minha, mas não há qualquer sinal à vista. Dizem os informados em assuntos de aviação que o Canhedo não tem mais dinheiro, está operando no limite mínimo. Outros dizem que ele tem dinheiro no exterior. Uma coisa é certa: os recursos utilizados para compra da VASP são provenientes de terceiros: Banco do Brasil, PC Farias e

CARGA PESADA

No último dia 18, em depoimento à CPI da VASP, Onofre Servo, ex-gerente regional da empresa em Brasília, desferiu pesadas acusações contra Orestes Quêrcia, ex-governador de São Paulo e presidente do PMDB.

Suspeito de estar fazendo o jogo do esquema Collor, Servo acusou o governo Quêrcia de ter, ao longo de seus quatro anos, sucateado a VASP, para facilitar sua privatização. E apontou pelo menos um caso grave de uso de recursos da empresa em benefício particular de funcionários nomeados pelo então governador para cargos de confiança.

Disse ele que com o conhecimento de Quêrcia e a conivência do então secretário nacional de Comunicações, Joel Rauber, as somas pagas à VASP pelo Correios, para transporte aéreo de correspondência, eram desviadas por até 60 dias. Ficavam depositadas em contas particulares abertas no Banco Rural, com o qual a empresa aérea não tem qualquer relação. Após dois meses, já muito depreciados pela inflação, os valores eram efetivamente transferidos à VASP, sem juros e sem correção monetária. Buscando dar veracidade a suas afirmações, Servo forneceu à CPI uma relação de 30 cheques depositados no Banco Rural. A maior parte é datada de 1990, ano das últimas eleições para governadores e deputados federais e estaduais.

Shell. Além disso, Canhedo sabia que a dívida da VASP seria paga não por seu comprador, mas pelo governo do estado de São Paulo, o que vem ocorrendo até agora. Isso porque São Paulo foi avalista da empresa na operação de rolagem de sua dívida junto ao Banco do Brasil.

Pelo menos de público o Fleury vem mantendo até agora uma posição cuidadosa. Ele se aproveita da situação para diferenciar-se do Quêrcia?

Quêrcia não deixaria rastro numa conta corrente normal

Certamente, mas eu acrescento um novo elemento. O Fleury tem uma responsabilidade própria no caso, a partir dos empréstimos concedidos pelo Banespa ao Grupo Canhedo, e da conivência do Tesouro estadual em relação ao não pagamento da dívida da VASP junto ao Banco do Brasil. O Fleury alega que o tesouro está processando a VASP, mas isso ocorreu apenas mais recentemente.

Você integrou a equipe de deputados que inquiriu a ex-ministra Zélia. Ela está escondendo o jogo?

Ela não disse tudo que sabia. A tese que defendemos, e que está bastante evidenciada, é de que a privatização da VASP foi uma operação viciada. Tudo foi feito para que Canhedo fosse o comprador, tanto que ele foi o único a participar do leilão. Mas para que isso acontecesse, documentos, pareceres da Procuradoria

Geral da Fazenda que possibilitariam a participação da TAM, por exemplo, foram entregues a esta empresa depois do leilão... Estes documentos estavam sob guarida do Ministério da Fazenda.

Brizola denunciou a existência de um acordo secreto entre Quêrcia e Antonio Carlos Magalhães, para que um desse cobertura a outro nos escândalos em que estão respectivamente envolvidos: o da VASP e o da NEC. Qual o fundamento disso?

Essa acusação foi feita antes pelo deputado Tuga Angerami, do PSDB, no dia em que os pedidos de quebra de sigilo bancário apresentados por mim e pelo próprio Tuga foram indeferidos, num procedimento parlamentar extremamente estranho, que teve a participação do PMDB e dos partidos governistas. Cheguei 15 minutos atrasado a um depoimento desimportante e me dei conta, com grande surpresa, de que todo o "esquadrão da morte" governista - Gastone Righi e Roberto Jefferson incluídos -

estava presente. Fui informado em seguida que os 15 minutos que durou a minha ausência e a do Tuga Angerami haviam sido suficientes para quebrar uma rotina estabelecida em todas as sessões anteriores. A ordem do dia havia sido alterada, para que os requerimentos de quebra do sigilo bancário fossem votados antes dos depoimentos, e em bloco. Agindo conjuntamente, o PMDB e os governistas haviam rejeitado todos os pedidos de quebra de sigilo.

É evidente que havia algo por trás da decisão. É interessante lembrar que o Luiz Carlos Santos (N.R.: é um dos integrantes da bancada quercista na CPI da VASP) é membro também da CPI da NEC. Ainda mais: logo depois da denúncia pública que o Tuga e eu fizemos, os governistas entraram em choque com os quercistas, e um deputado do governo, Renato Albuquerque, fez aprovar uma nota na comissão dizendo que o deputado Luiz Carlos Santos quebrou um acordo tácito. Foi muito estranho.

Há expectativa de encontrar alguma coisa nas contas do Quêrcia?

O Quêrcia tomou a iniciativa, depois de denunciado o possível acordo com o ACM, de abrir suas contas bancárias à investigação da CPI. Mas pela sua esperteza, ele não deixaria rastro numa conta corrente normal. Dificilmente alguém deixa rastro assim - as grandes fortunas estão no exterior, nas Bahamas, em lugares onde não há controle.

Poderíamos estar dando um aval à credibilidade que ele não tem. De qualquer forma, as contas dele não estão sob investigação. O compromisso foi permitir o exame desde que solicitado pela CPI, e essa solicitação ainda não ocorreu.



LUSCAR

DUAS MEDIDAS

CENA 1. Quinta-feira, 10 de setembro, o presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, encontra-se com o diretor-presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho. O mesmo Marinho - e ele agora admite - patrocinador da candidatura Collor à presidência. A mesma Globo de tanta informação truncada e distorcida - claramente anti-petista. O tema do encontro: a campanha pelo impeachment. Lula, no seu papel de presidente de um dos principais partidos do país - e de líder visto pela maioria das sociedades como principal adversário de Collor -, propunha ao dono da Rede de TV assistida diariamente por 60 milhões de brasileiros que a Globo desse mais espaço às manifestações pelo impeachment em sua cobertura.

CENA 2. Sexta-feira, 18 de setembro, o governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares (PDT), e o presidente do PDT no estado, Sereno Cheise, participam de uma reunião com o diretor da RBS - Rede Brasil Sul de Comunicações -, Nelson Sirotski, juntamente com o prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra, e o presidente do PT gaúcho, Selvino Heck. Assunto: o apoio da RBS - repetidora da Globo na Região Sul - à campanha pelo impeachment de Collor. Sirotski concordou, comprometeu-se a participar do ato pelo impeachment em Porto Alegre, marcado para o dia 23, e colocou os veículos da RBS - 12 canais de TV, várias rádios e jornal Zero Hora, quarta tiragem do país - à disposição do movimento, convocando a manifestação.

O encontro de Lula com Roberto Marinho deixou atônitos alguns militantes do PT e despertou a ira do governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola - que esqueceu de seus 15 encontros anteriores com o empresário. A grande imprensa adorou: as interpretações da reunião são as mais fantásticas - afinal, não é só a Globo que manipula a informação. Já o encontro de Olívio Dutra e Collares com Sirotski passou quase despercebido.

Nelson Sirotski, como Roberto Marinho, é representante de uma das nove famílias que controlam 80% de toda a informação publicada no país - em rádios, TVs, jornais e revistas. É um dos nove grandes latifundiários da comunicação. Se Brizola quisesse ser coerente, teria que esperear também contra a cordialidade do encontro entre um governador do seu partido e o donatário de uma capitania hereditária da tele-rádiodifusão. Ou será que sua briga contra os empresários da comunicação se pauta em índices de audiência? Roberto Marinho seria melhor se a Globo tivesse menos IBOPE?

O PT está consciente de sua responsabilidade para com o país. E tem maturidade para cumprir seu papel. O resto é informação distorcida, ao estilo global.

FRANCISCO ROCHA
da Executiva Nacional do PT

UMA COLIGAÇÃO PARA VENCER

Lídice da Mata (PSDB) lidera as pesquisas de intenção de voto em Salvador, pulando do terceiro para o primeiro lugar no levantamento do DataFolha. Para o desespero de Manuel Castro (PFL), candidato de ACM, as forças democráticas e populares da capital baiana chegaram a uma frente partidária que reúne PSDB, PPS, PT, PCdoB, PV, PMN e PDT.

A formação da coligação aconteceu depois de inúmeras negociações envolvendo todos os partidos da frente, diante de um quadro onde cada um deles já havia escolhido seus respectivos candidatos majoritários. O candidato de ACM perde pontos mas não significa que esteja fora do páreo, apesar de Pedro Irujo. Este último candidato da coligação PRN-PMDB, rompeu com Collor, sobe nas pesquisas e pode se tornar uma pedra no sapato do PFL. A disputa em Salvador promete ser acirrada, com larga vantagem para



À ESQUERDA DE LULA, LÍDICE DA MATA; À DIREITA, BETE (VICE)

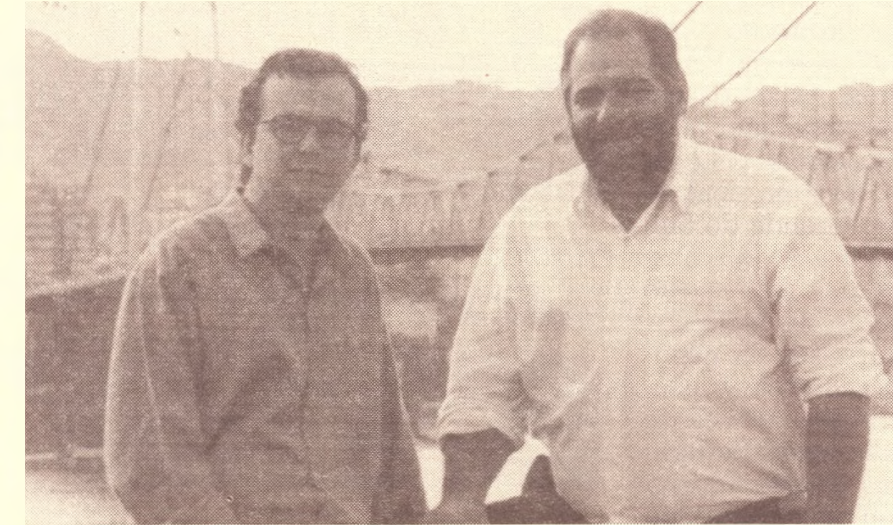
Lídice da Mata na corrida para o segundo turno, tendo em vista o conjunto de forças sociais que apoiam a candidata da coligação. No interior do estado, o destaque fica para Jaguaquara, já administrada pelo PT, que segue com Paulo Sérgio Nunes (PT) e Eurípedes Correa (PSB), vice, favoritos na disputa.

Há chances de vitória em Santa Rita de Cássia e São Félix do Caribe, onde o PT concorre sem coligação. Há coligações com chances em Paulo Afonso (PSB, PT e PMDB - prefeito do PSB e vice do PT), Pintadas (candidato do PT, coligado com PSDB, PDT e PPS), Pojuca (PT e PCdoB, candidato do PT) e Rodelas (candidato do PT, em coligação com o PMDB).

Brasil Agora traz um balanço da situação eleitoral nas capitais e cidades do interior dos estados, onde as forças populares têm chances de vitória em maior ou menor grau. É um levantamento sujeito a mudanças, na medida em que novas avaliações são realizadas. As informações foram colhidas no GTE nacional e nos estados com os quais tivemos contatos recentes. A cobertura da situação eleitoral é de Aldo Corvalan.

A FORÇA DE SANTA CATARINA

Sérgio Grandó (PPS), candidato à prefeitura de Florianópolis pela coligação que reúne PPS, PT, PCdoB, PC, PSB, PV, PSDB, PDT e MSR, está na frente em todas as pesquisas de intenções de voto. O candidato da coligação Frente Popular detém ainda o menor índice de rejeição e a tendência é diminuir ainda mais. Quem tem candidato com o maior índice de rejeição do eleitorado é o PDS. O programa eleitoral da Frente Popular é considerado o melhor entre os concorrentes. As eleições na capital catarinense prometem ser das mais acirradas, com os campos ideológicos claramente definidos entre a direita, de um lado, e as forças populares unidas numa frente que reúne nove partidos.



SÉRGIO GRANDÓ (PPS) E AFRÂNIO BOPPRÉ (DE ÓCULOS), CANDIDATO A VICE (PT)

No interior do estado, as coligações populares, com o PT na frente, concorrem em cerca de 150 municípios. Na cidade de Anchieta, a chapa que reúne PT e PDT

tem mais de 60% da preferência do eleitorado. As chances de vitória, com maior ou menor grau de possibilidades, também estão presentes nos Municípios de Belmonte, Campo Erê, Coronel Freixetas, Criciúma, Descanso, Dio-

nísio Cerqueira, Formoso do Sul, Itapiranga, Lajes, Modelo, Novo Horizonte, Otacílio Costa, Quilombo, Rio do Sul, Romelândia, São Lourenço do Oeste, União do Oeste, Vitor Meireles e Xanxerê.

BALANÇO GERAL

ACRE. Além de Rio Branco, onde é favorito, o PT concorre com chances em Tarauacá, Senador Guionard e Epitaciolândia, município recém-desmembrado de Brasília. Nesta última, o candidato é o deputado estadual Osmarino Amâncio. Em Xapuri o PT pode vencer, porém terá que derrubar a forte campanha da direita, que investe pesado para que essa cidade, símbolo dos seringueiros não seja governada pelo PT.

ALAGOAS. Em Maceió, o candidato de Collor pode até vencer, mas novamente será graças à fraude, apesar do recente recadastramento que diminuiu o número de eleitores de 280.829 para 212.155. A candidatura de Ronaldo Lessa tem chances, apesar das pesquisas. No interior, o PT pode vencer em Delmiro Gouveia, Água Branca e Jacaré dos Homens. O professor Adelmo Teotônio, militante do movimento dos sem-teto e candidato a prefeito de Colônia de Leopoldina, onde o PT é favorito, recebeu ameaça de morte e foi obrigado a buscar proteção da justiça em Maceió.

AMAPÁ. Na capital, Macapá, ao contrário do que noticiamos na edição anterior, o PT concorre com ildegarado Alencar e Francimar Santos. No interior, em Laranjal do Jari e Marzagão, as candidaturas petistas concorrem com chances de ven-

cer. Em Água Branca do Amapari a candidatura PT-PSDB, favorita sofre um golpe desfechado pela direita, que transferiu 580 votos da capital, aumentando o colégio eleitoral do município para 1.484 eleitores, numa cidade que tem 1.889 habitantes. As forças populares ainda têm chances reais nas cidades de Santana, Calçoene, Ataubau.

AMAZONAS. No segundo maior colégio eleitoral do estado, Itacoatiara, o PT tem grandes chances de vencer as eleições. Outras cidades também apresentam possibilidades de eleger candidatos do PT: Silves, Urucará, Boa Vista do Ramos, Jutai, Maués.

CEARÁ. O estado do Ceará tem 178 municípios e as forças populares concorrem em 100. Podem vencer em Aracati, Brejo Santo, Crato, Iguatu, Itapipoca, Janguá, Mauriti, Madalena, Quixadá, Quixerê, Tamboril, Sobral, Tabuleiro do Norte, considerando-se os vários níveis de possibilidades e candidatos do PT e coligações.

ESPÍRITO SANTO. Além de Vitória, onde o prefeito Vitor Buaiz já se incorporou à campanha, o PT tem chances de vencer nos municípios de Muqui e Ecoporanga.

MATO GROSSO. As maiores

chances de vitória estão nos municípios de Castanheira, Juína, Santa Terezinha. Disputa-se o primeiro lugar em Várzea Grande, Rondonópolis e Rio Branco, em coligações com candidatos do PT a vice.

MATO GROSSO DO SUL. O PT concorre em 37 dos 76 municípios. Apresenta chances de vitória em Aral Moreira, Itaquiraí, Antônio João, além de Amambai, já administrada pelo PT. Camapuã, Novo Horizonte do Sul, Bandeirantes, Angélica e Sidrolândia são municípios com candidaturas coligadas onde há alguma chance, pois as candidaturas crescem. Em Anastácio, a possibilidade de vitória é bastante real.

MINAS GERAIS. Em Belo Horizonte, a candidatura de Patrus Ananias está empatada em 1º lugar com o PL, segundo Ibope, e pode-se considerar que o PT está no segundo turno. No interior do estado, o PT concorre em cerca de 250 municípios. Entre eles, é possível vencer, sem contar os administrados pelo PT, e levando-se em conta a evolução deste final de campanha, em Betim, Contagem, Coronel Fabriciano, Juiz de Fora, Nova Lima, Paracatu, Pedro Leopoldo, São João Del Rey, Nepomuceno, Cruzília, Poços de Caldas, Itabira, Teófilo Otoni, Cataguazes, Manhuaçu, Caratinga, Três Marias, Araxá,



Prudente de Moraes, Carbonita, Araçuaí, Itamarandiba, Itaobim, Itinga, Itaipé e Pavão.

PARÁ. O PT tem chance em Monte Alegre, Cameté, Oeiras do Pará, Guarupá. Em Mãe do Rio, também com chances, o candidato a prefeito é do PSDB e o vice é do PT.

PARAÍBA. Em se confirmando no STF a impugnação de Lúcia Braga, do PDT, primeira na preferência do eleitorado de João Pessoa, é muito provável que Chico Lopes, da coligação PT, PCdoB, PPS, PSB, vença as eleições. A avaliação é de que o PT já está no segundo turno. No interior do estado, as chances maiores estão em Belém, Pilões, Gurinhém. A Paraíba tem 171 municípios e o PT concorre em 80 deles.

PERNAMBUCO. A maior chance de vitória está em Escada. Em Jaboatão, o PT disputa o segundo turno. Em Palmares, também com chances, o candidato a prefeito é do PPS e o vice é do PT. Pernambuco tem 146 municípios e o PT concorre em 90.

PIAUI. Em todo o estado, as campanhas apresentam melhores perspectivas em Esperantina, Novo Oriente e o vice é do PT. Pernambuco tem 146 municípios e o PT concorre em 90.

RIO DE JANEIRO. Pesquisa Ibope, divulgada no último dia 24, indica que Benedita da Silva vence no segundo turno as eleições da capital. O PT deve também continuar administrando Angra dos Reis. As

chances se apresentam fortes em Nova Iguaçu, Niterói, Barra do Pirai, Barra Mansa, Macaé e Volta Redonda.

RIO GRANDE DO NORTE. Janduí continuará sendo administrada pelo PT. Os municípios de Montanhas, Jardim de Piranhas e Grossos têm candidaturas petistas com grandes chances de vitória.

RIO GRANDE DO SUL. A dúvida em Porto Alegre é se haverá segundo turno ou não. No interior do estado, o PT concorre em 250 municípios. As maiores chances de vitória estão em Aratiba, Bagé, Barreiro Novo, Santa Maria, Gravataí, Caxias do Sul, Barra do Rio Azul e mais aproximadamente 20 municípios pequenos.

RONDÔNIA. No estado de Rondônia há 40 municípios e o PT concorre em 36. Na capital concorre em coligação com o PSDB e está em primeiro lugar nas pesquisas. As chances maiores de vitória, no interior, estão nos municípios de Ouro Preto do Oeste, São Miguel do Guaporé, Cacaieiros, Cabixi, Cacoal, Mário Andreazza, Jaru, Nova Brasilândia. Em Ji-Paraná o PT concorre com o vice, em coligação que tem candidato do PSDB para prefeito. Em Ariquemes o TRE solicitou a presença do exército para garantir a realização das eleições.

RORAIMA. Em Boa Vista, o PT está em quarto lugar e poderá eleger um vereador. A chance de vitória está em São João da Baliza, onde a coligação PSB-PT está na frente. Em

Bonfim e Alto Alegre o PT não concorre com majoritários, apenas com candidatos a vereador. Os dois candidatos, um em cada cidade, são índios. Dos oito municípios do estado, o PT concorre em quatro.

SÃO PAULO. Na capital, o segundo turno já está garantido, resta saber qual será o comportamento do eleitorado diante de dois candidatos ideologicamente opostos entre si. No interior do estado, há possibilidades de vitória em São Vicente e Franca. Em Guaratinguetá, Sertãozinho e Catanduva, também existem chances; em Osasco, o candidato do PT luta para ir ao segundo turno. Em São José dos Campos, Ângela Guadagnin aparece liderando as pesquisas e provavelmente vencerá as eleições. Das cidades já administradas pelo PT, as maiores chances de reeleição estão em Santos, Jaboticabal, Cosmópolis e Conchas. As possibilidades estão equilibradas em Piracicaba e mais difíceis em Santo André, São Bernardo e Diadema. O PT concorre em 285 municípios dos cerca de 500 do estado.

SERGIPE. O PT concorre à prefeitura em 29 municípios, incluindo a capital. Há possibilidade de vitória em pelo menos três cidades: Capela, onde concorre sozinho; Propriá, em coligação com PSDB e PPS, sendo os candidatos a prefeito e vice do PT; e Jaboatão, onde os candidatos são do PT, em coligação com o PDT.

Até o fechamento desta edição não havíamos conseguido obter informações mais seguras do Maranhão.

COLIGAÇÕES NUMEROSAS

Considerarmos o leque de alianças no campo das forças democráticas e populares, nos deparamos com um quadro em que o PT realiza o maior número de coligações de sua história.

O PT forma frente partidária em 543 municípios dos 1.212 em que concorre nestas eleições municipais. Com o PDT, as coligações acontecem em 205 municípios; com o PSDB, em 191; com o PSB, em 171; com o PMDB, em 156 municípios; com o PCdoB, em 102; com o PPS as coligações ocorrem em 67 municípios; o PV forma coligações com o PT em 38 municípios; o PC em 19.

Outros partidos, em menor número de municípios, também formam alianças com o PT. O PMN coliga nas cidades de Goiânia, Santos, Vila Velha, Salvador, Manaus, Paulista e Flores (PE), Ilícinea (MG), Bom Jesus da Lapa (BA), Nilópolis (RJ) e outras, totalizando 16 cidades. O PST coliga nos municípios de Manaus, Vila Maria (RS), Magé (RJ) e mais quatro municípios. O PTR faz coligações com o PT em seis municípios: Limoeiro e Carnaíba (PE), Ecoporanga (ES), Paraisópolis do Tocantins (TO), Cromínia e Buriti Alegre (GO). O PRP faz coligações com o PT em Serra (ES).

Dos 543 municípios em que o PT participa coligado, em 183 concorre com candidatos para prefeito, em outros 203 tem somente candidatos a vice e nos demais participa só com candidatos a vereador. O PDT encabeça 89 coligações e em 54 tem candidatos a vice. Já o PMDB participa com candidatos a prefeito em 76 municípios e a vice em 58.

O PSDB tem 56 concorrentes a prefeito e 28 a vice nas coligações de que participa. O PSB tem 43 candidatos a prefeito e 36 para vice. O PPS encabeça seis coligações e em outras seis participa com o candidato a vice. O PCdoB tem dois candidatos a prefeito e três candidatos a vice nas coligações de que participa. O PC participa com um candidato a prefeito. Por fim, vem o PV, com duas candidaturas a prefeito, três a vice e o PMN, com uma candidatura a prefeito.

Este é um levantamento provisório, sujeito a alterações na medida em que as informações complementares chegam ao GTE nacional. No entanto, revela uma tendência bastante segura do quadro final das coligações nestas eleições, visto que restam poucos dados a serem acrescentados.

MARACUTAIA
NAS GERAIS

O governo mineiro tem uma dívida acionária com a Construtora Mendes Júnior desde 1982, avaliada pela Construtora em US\$ 132 milhões. A empresa entrou na Justiça para receber o dinheiro. O governo não se fez de rogado e propôs um acordo: pagar US\$ 77 milhões à empresa. Isto, apesar de a Trevisan Auditores Independentes, contratada pelo próprio estado, ter chegado a números inferiores.

A auditoria corrigiu o débito com a empresa até 31 de dezembro de 1989 com base na ONT e BTN, mais 12% de juros ao ano, e chegou a US\$ 29 milhões. Se atualizada até hoje, utilizando-se os mesmos índices, a dívida nunca chegaria ao proposto pelo governo. A Consultoria Técnica da Assembléia Legislativa refez as contas e avaliou a dívida total em US\$ 21,4 milhões.

MÁ-TEMÁTICA. O governo explica que trabalhou com o Índice Geral de Preços (IGP), da FGV, mais 12% de juros. O secretário da Fazenda Roberto Brant argumenta que não utilizou o mesmo índice da auditoria porque o IGP é mais justo e real. Os deputados mineiros acham que "a coisa cheira mal", como diz Roberto Carvalho (PT), porque o acordo do governo, mesmo sendo menos do que a construtora pede na Justiça, garante à Mendes Júnior um negócio da china.

O raciocínio do secretário da Fazenda é de que é preferível pagar os US\$ 77 milhões acordados pelo governo do que os US\$ 132 na Justiça. Ou seja, o secretário está certo de que a empresa ganha na Justiça. Também o procurador geral do estado, Kildare Gonçalves, admitiu que a Mendes Júnior ganhou a causa quando declarou na Assembléia que as chances hoje não seriam boas para o estado e que a posição da Mendes Júnior é mais confortável, perante a Justiça.

"O estado está defendendo a Mendes mais do que a própria Mendes", afirma o deputado Antonio Carlos Pereira, que entrou com um pedido de liminar na Justiça em nome da bancada do PT na Assembléia Legislativa, para impedir o pagamento da dívida pelo governo do estado. Ele diz acreditar que a Justiça mandará o governo refazer as contas, e pagar o que é real.

MARILI DE SOUZA,
de Belo Horizonte



A greve dos troianos

Movimento nacional dos petroleiros
resiste à política collarida de
sucatear a empresa por dentro

A greve dos 52 mil trabalhadores petroleiros, iniciada neste 25 de setembro, é mais um capítulo da resistência à estratégia de sucateamento e privatização da Petrobrás. Ancorada em dezenove sindicatos espalhados pelo país, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, ela veio sendo construída desde agosto como resposta aos impasses da negociação. Já em 9 de setembro, greves de advertência de duração de três horas a um dia haviam tido

a adesão de 90% do pessoal de turno e de 80% dos funcionários da administração.

Sílvio José Marques, presidente em exercício do Sindicato dos Petroleiros de Campinas, explica as principais reivindicações: **Emprego:** readmissão de novecentos trabalhadores demitidos e garantia no emprego, recusando a introdução de cláusulas que permitam as demissões em massa. **Salários:** reposição das perdas ocorridas durante o Plano Bresser e Collor I. **Direitos trabalhistas:** a direção da empresa quer anular uma série de conquistas históricas da categoria, como o direito de cinco faltas anuais ao trabalho, extensão automática das conquistas aos aposentados e pensionistas, adicional de 30% ao pessoal administrativo de campo.

Um dos pontos mais sensíveis da negociação - continua Sílvio - abarca os direitos sindicais e a exigência de avanços na democratização da empresa e da poderosa Petros (controladora dos fundos de pensão dos trabalhadores). A privatização exige o desmonte da inserção da CUT na categoria, que realiza agora a quarta greve nacional contra Collor. Além de manter a liberação de dirigentes sindicais, os petroleiros querem a estabilidade dos delegados sindicais e o direito de co-participar das comissões de saúde, de influir sobre introdução de novas tecnologias.

CAVALO DE TRÓIA. Reivindicações corporativas e descabidas que resistem ao caminho natural da modernização, argumentarão certamente os editoriais televisivos e da chamada grande imprensa.

Mas a estratégia privatizante é aqui evidente. En-

quanto os privatizantes não obtêm a revisão do princípio constitucional que garante o monopólio da Petrobrás, tratam de aplicar a política da terra arrasada. Penetrar na empresa e quebrá-la por dentro. Dilapidar a capacidade técnica, a memória, o acúmulo de conhecimento dos trabalhadores faz parte desta operação de guerra.

Os números da crise da Petrobrás revelam as táticas para destruí-la. O faturamento anual bruto da empresa em 1990 foi de 13,2 bilhões de dólares contra 30,6 bilhões em 1984. Mas como isto pôde ocorrer se o consumo nacional de petróleo foi maior em 1990 do que em 1984? A resposta é simples: os preços de venda dos principais derivados de petróleo comercializados pela Petrobrás são sistematicamente reajustados abaixo da inflação. Política antiga que Collor levou aos extremos. A gasolina, por exemplo, que custava 0,87 dólar o litro em março de 1990, tinha o preço de venda em maio de 1991 de apenas 0,50 dólar.

Através dos preços, a Petrobrás subsidia o setor da Nafta Petroquímica em 500 milhões de dólares ao ano, a venda de querosene às empresas aéreas em 275 milhões de dólares ao ano, às companhias de gás de cozinha em 315 milhões de dólares.

O governo Collor conseguiu realizar o milagre de multiplicar por sete a dívida da União Federal para com a Petrobrás. Já em 31 de agosto de 1991, o governo havia acumulado uma dívida de 2,3 bilhões de dólares com a empresa. E assim a Petrobrás vem sendo empurrada a pagar cem milhões mensais de juros para rolar dívidas de responsabilidade da União.



ELIORA ANDRADE / DIÁRIO POPULAR

Para os petroleiros,
monopólio rima com
modernidade

O PROGRAMA
DE COLLOR

"Os meus compromissos em relação ao setor público estão claramente definidos no discurso de homologação de minha candidatura, pronunciado no dia 12 de julho de 1989. Asseguro que serei extremamente rigoroso na defesa do patrimônio público, sobretudo das estatais brasileiras. Sob meu comando, aquelas que são produtivas e mantêm rentabilidade compatível com o sentido de modernidade e eficiência que vamos imprimir à administração serão livres para a gerência eficiente de seus atos, para fixar salários a preço de mercado e definir sua própria política de investimentos.

"Este é inquestionavelmente o caso da Petrobrás, que só superará a crise atual na medida em que deixar de ser instrumento da política anti-inflacionária do governo, às custas de seu incalculável patrimônio (...).

"A Petrobrás não é apenas um patrimônio nacional que precisa ser preservado a todo custo. É, acima de tudo, a executora do monopólio constitucional da produção de petróleo, que deve ser defendido pelo povo e pelo governo brasileiro (...).

"Na minha visão de governo, ela deve continuar se modernizando, para atingir o máximo de sua capacitação tecnológica para desenvolver os programas de produção e exploração em águas profundas, com a participação da iniciativa privada, lado a lado com a iniciativa estatal, cujo monopólio no setor do petróleo é intocável nos termos da Constituição Federal."

O trecho acima não é de Lula. Faz parte dos "Compromissos Públicos" de Fernando Collor, editado pelo Comitê Federal de Campanha do PRN. Para salgar a memória dos conservadores que batem incansavelmente na tecla de que Itamar, se presidente, terá obrigação de continuar o "programa privatizante" apoiado por 35 milhões de votos.

MONOPÓLIO DO SILÊNCIO.

Enquanto resistem à operação terra arrasada no interior da Petrobrás, os petroleiros procuram abrir brechas no verdadeiro "monopólio" de idéias privatizantes que existe nos grandes meios de comunicação do país.

"O Movimento em Defesa do Sistema Petrobrás" - explica o presidente do Sindicato de Campinas - "já realizou grandiosas manifestações em Aracaju e Natal, além de lançamentos solenes em São Paulo e no Rio de Janeiro. No Paraná, foi realizado um concurso de enorme repercussão entre os estudantes sobre o tema. Conseguimos até agora evitar que a Proposta de Emenda Constitucional 56, que desregulamenta o monopólio estatal do petróleo, fosse votada em uma das cinco comissões do Congresso que estudam os chamados 'Emendões' de Collor."

"No governo Itamar", continua Sílvio Marques, "a pressão privatizante deve mudar de ritmo e de forma, mas as linhas mestras do pro-

grama continuarão. Teremos que aumentar o trabalho de conscientização da sociedade sobre os danos históricos ao país, que seriam causados pela privatização."

Como afirmou Barbosa Lima Sobrinho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, "em qualquer país do mundo, em que existisse uma estatal com as realizações da Petrobrás, só haveria campo para aplausos e entusiasmo. O Brasil infelizmente não consegue libertar-se de uma corrente, que nunca constituiu maioria, e que parece sofrer com o êxito e a eficiência que a Petrobrás vem demonstrando em quase quarenta anos de atuação exemplar, em que só não obteve a auto-suficiência entre a produção e o consumo pelas dificuldades criadas pelo próprio governo, no corte e redução dos investimentos imprescindíveis para o alcance destes resultados. É como se os próprios governos se constituíssem em inimigos da Petrobrás".

JUAREZ GUIMARÃES

A hora dos lobos

Collor e a UDR negociam o voto contra o impeachment pelo veto à Lei Agrária em tramitação.

Os últimos dias da guerra do impeachment no Congresso Nacional revelam que os núcleos mais duros do conservadorismo nacional são, exatamente, as bases fisiológicas e íntimas do projeto de "modernização" do país, que até alguns meses atrás tinha em Collor o seu grande símbolo. Além das oligarquias nordestinas, do norte ou centro-oeste, dos "evangélicos", dos filhotes da gangue colorida, as últimas esperanças de Collor assentam-se na chamada "bancada ruralista".

Vinculados à UDR, à Confederação Nacional da Agricultura, à Sociedade Rural Brasileira, a "tropa de choque" conservadora do campo aglutinaria entre 116 e 160 deputados. Várias denúncias têm sido formuladas dando conta das iniciativas de assédio de Collor para a compra da fidelidade deste grupo.

No dia 10 de setembro, Collor anunciou ao ministro Antônio Cabrera a revogação da portaria 532, editada no ano passado, que havia estendido às propriedades agrícolas "produtivas" a cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR). A portaria havia sido editada no ano passado, num esforço de arrecadação e equilíbrio das finanças públicas. O efeito da revogação da portaria, de acordo com Fábio Meireles, presidente da Federação da Agricultura de São Paulo, seria o não recolhimento de cerca de um bilhão de dólares, que permaneceriam em poder dos empresários rurais.

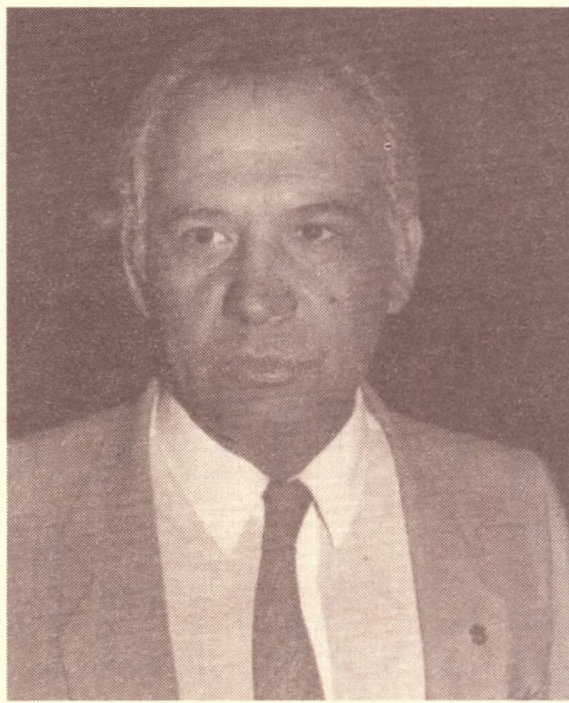
Cavalegando a liberação de verbas do Banco do Brasil para o plantio da safra de 1992/1993, o ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, vem promovendo reuniões em vários cantos do país para apoiar Collor. A liberação obedece aos critérios definidos pelos deputados da "bancada ruralista". Nestes últimos três meses, foram liberados 1,5 trilhão de cruzeiros.

No dia 23 de setembro, Collor lançou um programa de telefonia rural que prevê a instalação de cem mil telefones no campo até 1994. O programa, amparado também nas reivindicações da bancada ruralista, está orçado em 400 milhões de dólares, dos quais apenas 20% viriam dos proprietários rurais. Os 320 milhões de dólares restantes seriam financiados pelo BNDES ou por bancos privados.

VOTO PELO VETO. O grande eixo de negociação - seria melhor dizer, de transação - entre Collor e a bancada



Odelmo Leão, um indeciso.



Roberto Balestra, outro indeciso.

ruralista é, entretanto, a tramitação das duas leis que devem regulamentar o texto aprovado pela Constituição de 1988. Em troca do voto contra o impeachment, a "ban-

cada ruralista" teria obtido de Collor o compromisso de vetar o projeto da lei agrária recém aprovado pelo Senado e que deverá ser novamente apreciado pela Câmara dos

Deputados antes de ser encaminhado ao presidente.

O que está em jogo com a regulamentação destas duas leis não é pouco. A última manobra de Collor é exata-

mente o uso da liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que a implementação de qualquer iniciativa de reforma agrária só pode ser tomada após a regulamentação, pelo Congresso, da Lei Agrária e da Lei do Rito Sumário, que regula o procedimento a ser utilizado nas ações jurídicas de desapropriação da terra.

Em 1989, o deputado gaúcho Antônio Marangon, apresentou propostas de regulamentação das duas leis. Mas elas foram arquivadas em 1990, sem qualquer apreciação.

Em 1991, os dois projetos de lei foram reapresentados pelos cinco camponeses eleitos pelo PT para a Câmara Federal. Mas foi só em 1992, com a pressão das entidades de trabalhadores rurais e após a CPI sobre a violência no campo, que o tema entrou na pauta da Câmara. Como fruto de negociações, levando em conta a correlação de forças bastante adversa, foram afinal aprovados dois substitutos gerais, que foram enviados ao Congresso.

AMEAÇA. A lei agrária sofreu 22 emendas no Senado, corrigindo os principais problemas do projeto votado na Câmara. Entre elas, uma que explicita a necessidade de cumprimento de função social da propriedade, sob pena dela ser passível de desapropriação. As desapropriações não têm mais - como rezava o projeto aprovada antes na Câmara - o requisito da prioridade "em todo o território nacional" a partir do menor grau de utilização da terra. Por este critério, enquanto houvesse uma área com zero grau de utilização na região amazônica, por exemplo, outra com 25% de utilização na região sul não poderia ser desapropriada.

Mesmo com as mudanças, o conteúdo do projeto de lei agrária aprovado no Senado não atende integralmente às aspirações das forças favoráveis à reforma agrária. Mas permitiria, junto com a Lei do Rito Sumário, que se encontra em estágio de apreciação pelo Senado, a possibilidade de que um governo com, pelo menos, um pouco de vontade política tomasse iniciativas de impacto de reforma agrária.

Entende-se, por isso, o zelo da bancada latifundiária. No possível apagar das luzes do governo Collor, os lobos da UDR querem garantir o veto a qualquer futuro que lhes ameace a toca.

DE OLHO NA UDR

Deputados que votaram contra a Lei Agrária e que dizem apoiar o impeachment de Collor (segundo a Folha de S. Paulo): Tereza Jucá (PDS-RR), Haguas Araújo (PMDB-TO), Osvaldo Reis (PTR-TO), Pedro Novaes (PDC-MA), Ricardo Heráclito (bloco gov.-PE), Ribeiro Tavares (PL-BA), Armando Costa (PMDB-MG), Irani Barbosa (PDS-MG), Marcos Lima (PMDB-MG), Samir Tannus (PDC-MG), Laprovita Vieira (PMDB-RJ), Roberto Campos (PDS-RJ), Fábio Meireles (PDS-SP), Maluly Neto (Bloco gov.-SP), Marcelino Machado (PDS-SP), Osório Adriano (Bloco gov.-DF), Alano de Freitas (PMDB-GO), Maria Valadão (PDS-GO), Osvaldo Santa Cruz (PDC-GO), Romero Filho (PST-PR), Ângela Amin (PDS-SC), Hugo Biehl (PDS-SC), Adylson Mota (PDS-RS), Aldo Pinto (PDT-RS).

Deputados que votaram contra a Lei Agrária

e que dizem estar indefinidos em relação ao impeachment (segundo a Folha de S. Paulo): Paulo Mourão (PDC-CE), Paes Landim (Bloco gov.-PI), Adauto Pereira (Bloco gov.-PB), João Alves (PDS-BA), Leur Lomanto (Bloco gov.-BA), Camilo Machado (Bloco gov.-MG), José Vasconcelos (Bloco gov.-MG), Wagner do Nascimento (Bloco gov.-MG), Ronaldo Caiado (Bloco gov.-GO), Roberto Balestra (PDC-GO), Flávio Derzi (Bloco gov.-MS).

Deputados que votaram contra a Lei Agrária e dizem que votarão contra o impeachment (Segundo a Folha de S. Paulo): Maurício Calixto (Bloco gov.-RO), Pascoal Novaes (Bloco gov.-RO), Célia Mendes (PDS-AC).

Guia de leitura: Segundo os próprios ruralistas, há muitos "lobos" vestidos de "cordeiros", trapaceando o voto para despistar e evitar pressões.

SPARTACUS REVIVIDO

Uma forma de manifestação inédita no país, realizou-se no último dia 22 de setembro, em frente ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. No mesmo palco que gerou o chamado incidente da Praça da Matriz, resultando na morte do soldado Valdeci Lopes, cerca de 800 manifestantes entregaram ao Tribunal mais de três mil petições, onde cidadãos comuns e lideranças rurais e urbanas assumem pessoalmente a culpa pela morte do soldado. Utilizando o argumento usado pela juíza Elaine Macedo, que os seis colonos sem-terra condenados como culpados contribuíram "de qualquer forma" para o incidente.

"Assim, ou eles são inocentes e eu também o serei ou, se são culpados, eu igualmente o serei." Esta frase encerra o documento que, em termos de solidariedade, iguala-se à atitude dos escravos romanos, em 76 a.C., quando Spartacus é capturado. Estavam todos presos e os romanos pedem que ele se entregue: "Quem for Spartacus, dê um passo à frente". O herói ca-

minha e se entrega, mas logo é seguido por todos os demais. Todos são Spartacus.

"Estamos aqui, na frente do Palácio da Injustiça, para dizer que este Collor já roubou o que deu, o Cabrera já enganou o que deu, e não teve até agora nenhum juiz que condenasse os dois." As palavras de Enio Bohnenberg, uma das lideranças do Movimento Sem Terra, resumiram as contradições do Poder Judiciário que, na pele da juíza Elaine, materializou a ideologia da direita contra a reforma agrária. E os sem-terra perguntam: "Quem julga os juizes?"

Após o ato, os manifestantes dirigiram-se para a sede do Incra, onde foram recepcionados por uma dezena de policiais federais e militares, armados de metralhadoras. Ninguém trabalhou no Incra, os funcionários foram dispensados um dia antes. A recepção estava pronta desde a manhã.

MARIA LUÍZA SANTOS SOARES,
de Porto Alegre

JUAREZ GUIMARÃES

PIMENTA SEM REFRESCO

SENDERO 1. Tem gente por aí que considera o Sendero Luminoso peruano nosso "companheiro de turma" de socialismo. Então vamos lá: nos últimos anos, o alvo central dos "camaradas" não foram os soldados do Exército, muito menos os narcotraficantes. O Sendero adora mandar pelos ares dirigentes de outros partidos de esquerda ou lideranças comunitárias. Em especial os líderes das enormes favelas de Lima, cuja autonomia sempre desafiou governos e partidos do país. A lógica senderista é simples: quem luta por redes de esgoto, água ou por um copo de leite diário para as crianças, quer reformar a sociedade burguesa. Portanto, merece ser morto. A consequência é óbvia: apostando no terror, o Sendero injeta força na ditadura peruana e faz gargalhar o presidente Alberto Fujimori.



SENDERO 2. Pimentinha pro Sendero. O "presidente Gonzalo", guia máximo da organização, sempre pregou a resistência de seus milicianos, até a morte se necessário. "Gonzalo", aliás Abimael Guzmán, foi preso com outros capa-pretas do Sendero, sem disparar um tiro. Brasil Agora promete, para o próximo número, um trabalho especial sobre o Peru.

◆ **VEJA.** Pode conferir no expediente da Veja. Aumentou o corpo do nome do todopoderoso chefe Mário César Conti. Foi promoção, autoconsideração ou excesso de zelo de alguém?

◆ **À BOLONHESA** - Durante a viagem do senador José Fogaça a Washington, acompanhando Marçílio Marques Moreira na negociação da dívida, vários meios de comunicação insistiram em chamar o parlamentar de "Fogazza", talvez insinuando que as coisas por aqui costumam terminar em pizza.

JAYME BRENER



J
O
A
Q
U
I
N
V
I
L
L
A
L
L
O
B
O
S



CEAR DINIZ / FOLHA IMAGEM

Um comandante social-democrata?

Joaquín Villalobos, um dos "comandantes" da Frente Farabundo Martí, forte candidato às eleições presidenciais salvadorenhas de 1994, esteve no Brasil participando de um encontro sobre direitos humanos, na Universidade de Brasília. Ex-impresor, "na montanha" desde 1980, cara de menino que esconde os 42 anos, Villalobos se diz "entusiasmado" com a luta política legal, "que de fato é muito mais complexa do que a guerrilha", e só veste a rigidez quando se nega a comentar qualquer coisa sobre sua adaptação pessoal à nova vida. "Isso não importa", diz. Entre outras novidades, a Frente vê a propriedade privada como "o eixo de desenvolvimento econômico" e se considera, num certo sentido, próxima da social-democracia. Confira na entrevista exclusiva a Jayme Brener.

O que mudou no posicionamento ideológico da Frente Farabundo Martí da Libertação Nacional (FMLN) após o fim da Guerra Fria, da URSS e da própria guerra civil em El Salvador?

Na verdade, nunca aderimos totalmente ao socialismo

selvagem; exigimos o direito igual de acesso à educação, à saúde, ao trabalho. Nesse sentido, nos aproximamos da social-democracia.

A FMLN tem uma ligação histórica com o regime cubano. Como vocês avaliam o governo de Fidel Castro?

"Apesar dos acordos de paz, o governo ainda não emitiu sequer um título de propriedade, legalizando a reforma agrária."

real. Não é coincidência que a luta armada em El Salvador tenha se iniciado quando o sindicato *Solidariedade* realizava as primeiras greves contra o regime stalinista. Mas de fato vínhamos mudando nosso programa histórico desde 1984/5. Hoje reconhecemos que a propriedade privada é o eixo do desenvolvimento econômico e inclusive vemos a propriedade social como uma forma de propriedade privada. O que não aceitamos é a absurda desigualdade produzida pelo capitalismo

Antes de tudo, reconhecemos o direito do povo cubano de decidir seu destino, sem interferência dos Estados Unidos. Mas não temos nada a ver com o socialismo estatista e o regime de partido único.

Como está a transição política em El Salvador?

O maior problema é a questão da terra. Apesar dos acordos de paz, o governo ainda não emitiu sequer um título de propriedade, legalizando a reforma agrária feita nos 150 mil hectares dominados pela FMLN. Isso se expli-

ca porque os latifundiários são a grande base de apoio da ARENA, o partido do governo. E foi a resistência desse setor à reforma agrária de 1980 que nos levou à luta armada. A lentidão de parte do governo no cumprimento dos acordos fez com que apenas 20% de nossos guerrilhei-

ocorre em quase toda a América Latina. Nas próximas semanas, uma comissão internacional deverá emitir um parecer sobre o dismantelamento ou não dos grupos de "matones".

Com o fim da guerra civil, mudou alguma coisa na relação entre a FMLN e os movimentos sociais salvadorenhas?

Durante o conflito, nós centralizávamos os movimentos sociais, que por sua vez aceitavam nossa direção política. Agora, os sindicatos, associações de bairro, e a própria *Rádio Venceremos* exigem sua autonomia. Temos então que nos pautar pela coincidência de objetivos, ao invés da centralização.

Quais são as prioridades da FMLN?

Estamos nos estruturando enquanto partido político. Mas as pesquisas já nos colocam como segunda força eleitoral, o que não esperávamos nesse momento. Estamos tentando construir uma coalizão para disputar as eleições de 1994.

Quem são os aliados

"A situação às vezes parece totalmente surrealista. Você vê centenas de jovens guerrilheiros alistando-se na polícia."

ros depusessem as armas. Também há problemas de ordem legal, alguns até folclóricos. As leis salvadorenhas não permitem que os partidos levem o nome de alguma pessoa. Farabundo Martí foi um líder revolucionário dos anos 30, e a lei teve que ser mudada. No dia da legalização de nosso partido, tivemos que levar o atestado de óbito de Martí, mas o escrivão havia registrado "Farabundo" e não "Farabundo". Foram mais alguns dias de problemas. De maneira geral, porém, pode-se dizer que a transição é irreversível.

E o que aconteceu com os esquadrões da morte?

Sem dúvida houve mudanças; não se vê mais assassinatos políticos. O que é alarmante é o aparecimento de crimes comuns, praticados com os métodos típicos dos esquadrões da morte, como aliás

prioritários da Frente?

De início, a Convergência Democrática, cujo núcleo central compunha a Frente Democrática Revolucionária, que por muitos anos foi um aliado político da guerrilha. Mas também discutimos a possibilidade de aliança com a Democracia Cristã.

Já se sentem mudanças significativas na sociedade salvadorenha?

A situação às vezes parece totalmente surrealista. Você vê centenas de jovens guerrilheiros alistando-se na polícia ou em cursos de capacitação, passeatas conjuntas de feridos de guerra do Exército e da FMLN... Creio que estamos dando um exemplo de constituição de um novo Estado, com base em acordo e não no confronto. E isso pode representar uma experiência importante para a América Latina.

"Reconhecemos o direito do povo cubano de decidir seu destino, mas não temos nada a ver com o socialismo estatista e o regime de partido único."

Devagar com o andor

Vitória apertada no plebiscito francês e perturbações financeiras incomodam europeus

Ao garantir a magérrima vitória do "sim" no plebiscito sobre a unificação acelerada da Europa (51,01% dos votos), os franceses forçaram a redução da velocidade da união continental. Foi o voto francês que rompeu - pelo menos por enquanto - o impasse entre a tendência mundial pela unificação econômica e a fragmentação de Estados como a URSS, a Iugoslávia e a Tcheco-Eslováquia.

O "pequeno sim" francês foi o golpe que derrotou o super-Estado europeu nesse round, diante de uma unificação mais cuidadosa, levando em consideração interesses de camadas como os camponeses e operários de setores tradicionais, que na França foram em massa às urnas para votar pelo "não".

DESUNIÃO. Os dilemas da Comunidade Européia já haviam ficado claros com a absoluta incapacidade de seus integrantes em elaborar posições conjuntas em setores-chaves, como a política externa. Às vésperas da Guerra do Golfo (1991), por exemplo, enquanto os britânicos embarcavam com armas e bagagens no ataque norte-americano a Saddam Hussein, os franceses tentavam negociar até o último momento um acordo com o governo iraquiano.

Também não houve unidade européia diante da decomposição da URSS e menos ainda no caso iugoslavo. A Alemanha apressou-se em reconhecer as novas repúblicas independentes da Croácia e da Eslovênia, seus "clientes" em potencial. A França, que tem ligações históricas com a Sérvia, resistiu o quanto pôde até terminar aderindo à iniciativa ale-

mã. E a Grécia continua apoiando o ataque sérvio contra croatas e bósnios, com medo da independência de outra ex-república iugoslava, a Macedônia, que poderia unir-se à Bulgária, um velho adversário grego.

BOLSAS. O maior torpedo contra a unidade européia, porém, viria no campo econômico, justamente o cartão de visitas dos unificadores. A preocupação do Bundesbank, o Banco Central, com os altíssimos custos da unificação do país (cerca de US\$ 80 bilhões ao ano), levou-o a elevar unilateralmente as taxas de juros, desde julho, seguindo a manjada receita liberal de combate à inflação. Como as demais moedas do continente estão ligadas ao marco alemão por meio do Sistema Monetário Europeu, a atitude do Bundesbank carregou consigo as taxas de juros de ingleses, franceses ou holandeses. As economias em maior crise, como a britânica (que vem amargando taxas de crescimento negativas nos últimos anos), ratearam na curva; as taxas de juros altas - como nós brasileiros sabemos bem - dificultam o reaquecimento econô-

mico. A única alternativa foi desatrelar por algum tempo a libra inglesa e a lira italiana do Sistema Europeu; quer dizer, admitir uma fratura profunda na unidade européia. Afinal, o Tratado de Maastricht, que foi ratificado de nariz torcido pelos

franceses, garante que até 1999 haverá uma moeda e um banco central único no continente.

TEMORES. Esses vaivéns explicam as dúvidas de amplos setores da população européia. Os agricultores da França e Alemanha temem que o fim dos subsídios decidido com tanta rapidez inunde seus mercados com produtos mais baratos, vindos da Espanha, Portugal ou Grécia. Os operários de setores tradicionais (siderurgia, mineração) têm medo de que os "novos padrões europeus" levem a um rápido enxugamento da mão de obra. Foi assim que os dinamarqueses rejeitaram o Tratado de Maastricht, ainda que por pequena margem, e os franceses deram um recado claro sobre a revisão de metas e prazos. Nos outros países, o acordo deverá ser referendado apenas pelos parlamentos, mas a maioria da população (62% na Grã-Bretanha e 67,9% na Espanha, segundo as pesquisas) deseja

também seus plebiscitos, o que pode jogar mais óleo na pista da Europa unificada.

A certeza da diminuição do ritmo da unidade européia enfraquece consideravelmente os partidos que fizeram do "Lar Europeu" sua bandeira principal; à frente os socialistas de François Mitterand e os democrata-cristãos de Helmut Kohl, na Alemanha. A derrota ao certo espirrará nos governos socialistas de Portugal e Espanha. No córner oposto, saem mais fortes três tipos de correntes: à direita "tradicional", estão os que propõem uma unidade mais vagarosa, como os conservadores ingleses e os gaulistas na França, além dos neofacistas do também francês Jean-Marie Le Pen, opostos de vez à unidade. Há ainda a "nova direita", representada por partidos regionalistas ou separatistas, dois dos quais - a Liga Lombarda na Itália e o Bloco Flamengo na Bélgica - têm força considerável. Finalmente, no canto esquerdo há os comunistas "tradicionalistas", os comunistas "renovadores" e outras forças como os trotskistas, que são contra a unidade, temendo seus efeitos sobre os níveis de salário e emprego.

Enquanto os funcionários da Comunidade Européia já se preparam para rever suas metas, a crise na formação do maior mercado mundial manda recados para outros processos "unificadores". A dúvida agora é se o futuro mercado-gigante da Bacia do Pacífico, formado em torno do Japão, se o Mercado Comum da América do Norte e mesmo se o nosso Mercosul terão condições de avançar na unidade, impedindo que certos países exerçam o "direito do mais forte", a exemplo da Alemanha.

MARCIO KUHN

QUOSQUE TANDEM

Causou espécie a capa do Brasil Agora nº 23, pela expressão "Quosque tandem, Fernandinho, abutere (diz-se abutere) patientia nostra". Houve curiosidade, pois muita gente perguntou o que era aquilo; houve também surpresa e até desgosto, de quem acha que latim não fica bem na capa de um jornal "popular". *Data venia*, considero o segundo motivo desconsiderável, baseado em preconceito de natureza paternal e populista.

Quanto aos que tiveram a curiosidade de informar-se sobre o que não sabiam:

A expressão pertence a uma das catilinárias de Marco Tulio Cícero, tribuno, político, poeta, jurista, crítico literário e filósofo da antiga Roma, que viveu no primeiro século antes da era cristã, contemporâneo, portanto, de Júlio César, Pompeu, Marco Antonio e Augusto.

As catilinárias foram orações que ele proferiu quando fez parte do consulado que governava Roma, contra seu adversário Catilina, que, tendo disputado o mesmo cargo e perdendo, recorreu à revolta e à conspiração, entre 65 e 60 a.C.

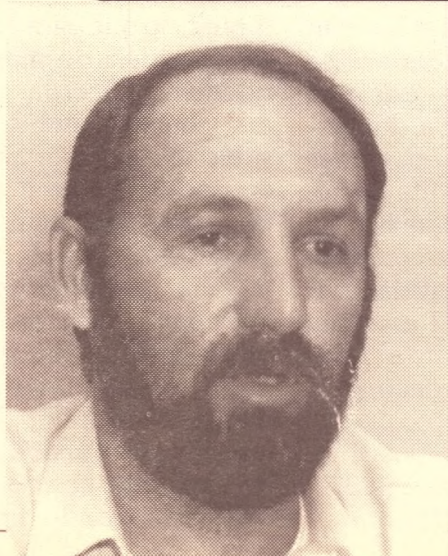
A expressão quer dizer "Até quando, Catilina, vais abusar da nossa paciência" e abria a catilinária. Cícero perseguiu implacavelmente Catilina e seus seguidores, levando-os à morte por execução ou no campo de batalha.

Depois foi vítima do mesmo método, quando incompatibilizou-se com o triunvirato de que faziam parte Marco Antonio e Otávio Augusto, este um futuro imperador, depois de eliminar Marco Antonio.

A expressão, entretanto, sobreviveu a todos, e integra um repertório de frases e expressões latinas que ficaram como marcas identificadoras de certas situações como *Cui prodest?* - Quem lucra; *Mutatus mutandis* - em outros termos, *Delenda Cartago* - que se arrase Cartago, e assim por diante. Agora, a versão correta para nosso Fernandinho é "Até quando, Fernandinho, vai nos encher o saco!?"

TRISTÃO DA CUNHA,
do Rio de Janeiro

Por que eu assino Brasil Agora?



Felizmente o jornal Brasil Agora veio pra ficar. Sou leitor assíduo e assinante desde o início. Recomendo a assinatura a todos aqueles que querem ver o outro lado dos fatos, sem o comprometimento dos órgãos de comunicação.

Jair Meneguelli
Presidente da CUT Nacional

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado à EDITORA BRASIL AGORA LTDA. Alameda Gleite, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP - Fones (011) 222.6318, 220.7718 e 223.2974

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____

FONE _____

UF _____

CEP _____

PROFISSÃO _____

- Assinatura 12 edições Cr\$ 80.000,00
 Assinatura para o exterior (semestral US\$ 30,00)
 Assinatura 25 edições (anual) Cr\$ 160.000,00
 Assinatura de apoio (anual) Cr\$ 248.000,00



BRASIL
AGORA

Assine você também



LUÍZ ABREU

Luís Fernando Veríssimo já foi copidesque de jornal, redator de agência publicitária, jazzmaníaco (sabia o nome dos integrantes das bandas) e habitante dos Estados Unidos. Lá viveu entre 1953 e 1956, conheceu o macartismo e a "pseudo-esquerda" americana, de quem sofreu influência. Junto com Millôr Fernandes e Jô Soares, lançou, em setembro, o livro Humor nos tempos de Collor (já é o 15º). Fez 56 anos dia 26 de setembro, escreve para o JB, Zero Hora e Estadão semanalmente e mais textos para programas de humor da Globo. Abandonou a jazzmania mas não seu sax alto. Concentra hoje seu interesse na política - e no humor - e é disso que fala nesta entrevista a José Luis Lima e Marco Antonio Schuster.

O Brasil segundo Luís Fernando

Voltaste ao Brasil em 1956. É aí que descobres que, na verdade, a esquerda norte-americana era uma pseudo-esquerda?

Quando voltei ao Brasil descobri questões que não tinham nada a ver com as que se discutiam nos Estados Unidos. Direito à propriedade, e tudo mais. Lá nem se cogita discutir isso. Eu acho que foi o Gore Vidal que escreveu que nos EUA, na verdade, existe um partido político com duas alas. É o partido da propriedade que tem a ala democrata e a republicana. Então aqui é que me aprofundi mais nestas verdadeiras questões, da propriedade, da organização social e tudo mais. Bom, eu tenho

Fala-se muito na semelhança entre Jânio e Collor...

O Juscelino teve uma importância muito grande no desenvolvimento do Brasil, foi um governo democrático e tal, mas se falava tanto em corrupção como se falava na época do Sarney. Então, apareceu o Jânio como o cara que iria limpar o Brasil. Varrer o Brasil. Neste sentido, um cara novo, inclusive o fato de ser meio louco. Aquela história de que no Brasil só um louco dá jeito. Acho que neste ponto era parecido o movimento do Jânio com o movimento do Collor. Só que eu acho que a gente aprendeu muita coisa. Então, até hoje eu não entendo como é que tanta gente pôde se enganar com o Collor. Estava na cara que era um farsante, que era uma coisa construída.

Mesmo assim, hoje, políticos sustentaram Collor, e ainda têm prestígio.

Quando eu digo que está havendo uma educação política, ela ainda não é a metade do que deveria ser, mas acho que aos poucos vai-se chegando lá. Agora, o que eu acho perigoso, que aconteceu na eleição do Collor principal-

que fazer uma confissão: votei no Jânio! A primeira vez que votei na minha vida, foi naquela eleição.

mente, é uma coisa nova na política brasileira, que é a idéia do marketing político. Não se pode negar que foi bem feito, muito eficiente. Toda a campanha do Collor foi quase exemplar em termos de propaganda, de marketing. E como está provado que o que estavam vendendo era um produto estragado, a gente fica pensando: "quem será o próximo Collor?"

Aí aparece um Ciro Gomes, por exemplo, outro jovem nordestino, fez um bom governo e a gente já fica pensando: "o que ele tem de estragado?". Talvez seja o Collor que dê certo, mas a gente já fica desconfiado.

Mas tu não achas que muita gente votou contra o Lula? Não era uma opção nem política, nem ideológica. Era uma posição de aversão ou medo?

Sim. Se aplica mais ao segundo turno. No primeiro turno as opções eram muito maiores. Quem achava perigoso o Lula, poderia votar no Covas... No segundo turno, obviamente, muita gente votou por medo do Lula.

Passados dois anos, este medo do Lula, e do PT, continua?

Diminuiu. Se dizia que a Erundina ia tomar conta de São Paulo e ia ser um horror. E não foi. O Olívio aqui em Porto Alegre também. Ao

contrário, está fazendo uma boa administração. O empresário sempre vai estar as

"Eu tenho que fazer uma confissão: votei no Jânio!"

sustado com a possibilidade da esquerda tomar o poder. Mas eu acho que acabou o medo daquela classe média que não tem um compromisso tão grande com o esquema empresarial, com o esquema capitalista, mas que se assustava por outras razões. Isso se deve ao desempenho do PT nas poucas prefeituras que ele ganhou.

Querias que falasses mais sobre as administrações do PT.

A idéia que a gente tem do PT - é claro que tem a coisa ideológica por trás - é de uma coisa muito objetiva, da eficiência. "Tem que fazer, vamos fazer", independente do resultado eleitoral que isto vá ter. É uma idéia de correção, também de honestidade. É uma coisa que o PT está passando inclusive para a classe média, para quem não seria naturalmente adepto do PT. Acho isso muito positivo. Porque obviamente, no Brasil, a não ser por uma convul-

são social, o único jeito desta idéia da esquerda no poder avançar vai ser conquistando o eleitor de classe média, demonstrando desempenho e capacidade.

"Até hoje eu não entendo como é que tanta gente pôde se enganar com o Collor!"

Nesta discussão atual sobre Estado, liberalismo, privatizações, desmoronamento dos regimes do Leste Europeu, tu és um dos poucos que continua insistindo na defesa de algumas coisas que muita gente - até mesmo dentro da esquerda - diz: "isto aí temos que passar adiante".

Esta idéia que eles estão querendo passar, da liberação total, e que isso é modernidade, acho meio falsa e um pouco enganosa. Acho que o único critério tem que ser o da eficiência - para mim esta é a palavra-chave - e aí se mirar nos exemplos de outros lugares. Como é que funcionou bem, por que funcionou bem e copiar. Se deu certo, vamos ver se dá certo aqui também. Sem nenhum tipo de dogmatismo. Acho o liberalismo também uma forma de dogmatismo. As pessoas dizem que os esquerdistas têm uma idéia romântica de sociedade, mas acho que o liberalismo também é uma coisa meio irreal. Esta idéia de que o mercado vai resolver tudo, que é só deixar que as forças do mercado atuem livremente que no fim tudo vai se ajeitar, também é uma forma de romantismo. O que teria sido dos Estados Unidos se não fosse aquela intervenção do governo no fim dos anos 30? Então, eu acho isso: é uma coisa que estão vendendo que não é bem assim. Modernidade não é bem isso.

Há no Brasil uma noção de que todos os políticos são corruptos. Não existe no Brasil referencial de direita de governo honesto?

A gente deve estar atento que no Brasil o moralismo sempre serviu mais para a direita, do que para a esquerda. É a idéia do moralismo udenista, Lacerda, que fez mais mal que bem. Acho positivo que apareça um partido político como o PT, que traz esta opção de esquerda para este desencanto moralista, e não de direita, udenista, que no fim acaba tendo como única solução um governo tecnocrático-militar. Então, mesmo o PT dando às vezes esta idéia de romantismo, de ingenuidade, acho que também está dando uma de-



monstração de objetividade, de eficiência e de honestidade, que é uma opção moralista que não é de direita.

Em que o PT é ingênuo?

Falo mais na coisa romântica, quando há um desencanto quase total com a política, o PT passa idéia da política como envolvimento pessoal, na preocupação com os miseráveis, com a pobreza, esta dedicação à política como uma missão social. Talvez pareça uma coisa um pouco romântica e ingênuo. Mas isso é fruto mais do desencanto e ceticismo generalizado do que da realidade.

Como tu analisas a visita do Lula ao Roberto Marinho? o Brizola chama de cooptação, há uma discussão grande nisso...

Não sei se é ingenuidade ou extrema inteligência. Uma lição muito boa que o Partido

está certo. Não critico e obviamente ninguém está pensando que Lula e Roberto Marinho fizeram algum tipo de aliança para o futuro. Acho que é um encontro a curto prazo.

"Quem será o próximo Collor?"

Seriam ingênuos os que acham que este tipo de aproximação não tem que ser feita?

Aí entra também um pouco de obsessão do Brizola com o Roberto Marinho. Claro que ele tem razão em quase tudo o que diz quanto à TV Globo e a Roberto Marinho e tudo o mais. Mas também esta obsessão, às vezes, chega ao ponto do ridículo, só pensa no Roberto Marinho, vê a Globo atrás de tudo, mesmo quando não é bem assim.

Qual é a tua avaliação sobre o processo do impeachment?

Eu acho que o Collor tem uma grande coisa a favor dele, principalmente aqui no Brasil, que é o passar do tempo. Aqui as coisas tendem a chegar ao ponto de ruptura, não se rompem e com o tempo há uma certa baixa, o clima esfria, as coisas passam, as pessoas não têm muita memória, aparece um novo assunto para ocupar as primeiras páginas dos jornais, não há o mesmo ímpeto para as pessoas saírem para a rua protestar. Neste sentido, o tempo age em favor de Collor. Mas acho que a coisa chegou a um

ponto que mesmo com o passar do tempo ele não resiste.

Sai impeachment então?

Na verdade, o desfecho melhor para todos seria a renúncia. Seria uma coisa sensata. Mas até que ponto, no caso do Collor, uma coisa sensata vai convencê-lo? Aí é que entra a personalidade dele, que é complicadora na história. Se fosse uma pessoa mais ou menos normal, no momento que tivesse chegado a esse ponto, é renúncia, independente de qualquer processo. Mas ele não ouve nenhum apelo à sensatez. Ao mesmo tempo em que há uma baixa na mobilização contra o Collor, começa a haver a reação das pessoas que, por uma razão ou por outra, continuam apoiando o Collor e aí aparece a Igreja Universal não sei da onde, faz uma manifestação na Casa da Dinda, vão as duplas sertanejas, cercam a Casa da Dinda, porque são milhões de duplas sertanejas. E aí, tudo é questão de tempo, este é o perigo. Mas vai ser terrível, porque é despre-

"Ninguém está pensando que Lula e Roberto Marinho fizeram algum tipo de aliança para o futuro. Acho que é um encontro de curto prazo."

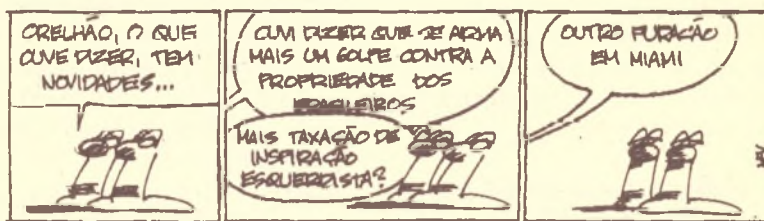
"Esta idéia de que o mercado vai resolver tudo também é uma forma de romantismo."

Comunista deu para todo mundo é a idéia de estratégia política. A gente sabe qual é o ponto a que a gente quer chegar. Como é que se chega lá? Acho que, como estratégia política, este encontro do Lula com o Roberto Marinho, nesta situação atual do Brasil,

A DINASTIA DOS VERÍSSIMO

Na Gauchônia já há uma dinastia de Veríssimos. Veríssimo I, o pai, foi um grande liberal à esquerda, desses que dava gosto ler, ouvir e ver. Era uma dessas personalidades universais que, sem deixar seu amor ao pago, abriam-no e suas consciências à força de crítica e manifestação de preocupações abrangentes. Traziam o mundo até nós; davam-nos referências, faziam-nos sentir parte de uma história e herdeiros de um pensamento, não mais os deserdados de uma antiga capitania d'el rei. Quando muitos escritores calaram, Veríssimo I pegou da pena e atacou a ditadura. Veríssimo II, o filho que, sublinha-se, abriu seu próprio caminho e nunca se apoiou no prestígio ou na incontestável legitimidade de seu antecessor, vai nas mesmas águas, aprofundando a tradição do pai - procurando pensar como se pode organizar o grande legado liberal (ao invés de sua diluição conservadora), com a inadiável necessidade de se socializar a democracia, como atesta esta sua entrevista a um tempo descontraída e reflexiva. O nosso atual "el-reizinho Collorão" continua a querer fazer do Brasil inteiro a sua capitania. Mas aí está, entre outros, contra ele, a dinastia dos Veríssimo, agora por seu bem humorada monarca das crônicas e cidades. Este é um caso em que pai e filho, felizmente, se merecem.

FLÁVIO AGUIAR



tício do Congresso, se não passar o impeachment, e do Supremo Tribunal. Vai ser um incentivo a desobediência civil: "Tá valendo tudo? então não pago mais imposto".

O que aconteceu também é que se alguém fosse fazer, numa ficção, um manual de corrupção, não faria tão imaginativo. É

aquele negócio, a vida deu de relho na ficção.

Sem dúvida. A gente não imaginava que fosse nestas proporções. Achei incrível aquela descoberta do disquete no escritório do PC, cuja senha de acesso era Collor, e ali estava todo o esquema da corrupção. É uma coisa ao mesmo tempo tão burra, sei lá.



TODOS OS SÓCIOS DO PRESIDENTE

Todos os sócios do presidente desvenda os bastidores do condomínio político-financeiro entre PC Farias e o presidente Fernando Collor de Mello, dos tempos de Alagoas ao processo de impeachment. Um livro indispensável e oportuno para todos os cidadãos que hoje retomam a capacidade de indignar-se. Escrito por Gustavo Krieger, Luiz Antônio Novaes e Tales Faria, **Todos os Sócios do Presidente** pode ser encontrado nas bancas e livrarias, por apenas Cr\$ 69.700,00



A primeira vez que o vi, na televisão, foi num festival. Maria Odete tinha cantado sua *Boa Palavra* e ele foi mostrado, na platéia, na hora da premiação. Depois, mais um festival, a potente voz de Maria Odete novamente caetaneou: *"Como um dia, numa festa realçavas a manhã, luz de sol, janela aberta festa e verde o teu olhar Pé de avenca na janela brisa verde, verdejar vê se alegre tudo agora vê se pára de chorar Abre os olhos, mostra o riso quero, careço, preciso de ver você se alegrar eu não tô indo-me embora tô só preparando a hora de voltar."*



GIOVANI PEREIRA/AE

O mineiro Fernando Brant escreve sobre o baiano Caetano Veloso, lembrando a carreira deste nos anos de rebeldia, de patrulhamento, de delicadeza e furacões da história.

Era a sua madrugada e foi nela que o galo cocorocou. E "Quanto o sol cair den d'água", quem me dera, o Tamba Trio e a voz doce de Bebeto embalariam nossos sonhos.

A FIGURA MAGRA, o nariz destacado, lembrava meu irmão mais velho, caveira apaixonada. Estava ele em São Paulo quando meu amigo solar ali chegou. Milton e Caetano foram contemporâneos de violão, frio e fome. Para os baianos as coisas parecem ser mais fáceis, eles têm uma desenvoltura de impressionar mineiro. Logo, logo, ele já estava brilhando nos improvisos da tevê, nos agitos que povoariam os espaços de sua vida. Mas eu quero mesmo é congelar, um pouco, estes momentos iniciais que ele se movimentava no eixo Rio-São Paulo e eu balerizanteava estudantil, descobrindo Drummond, Cabral, Guimarães, Graciliano, Oswald, Fellini, Welles, Ford, Milton e a geração que surgia para a música popular do Brasil. Tudo ao mesmo tempo, fome e gula de saber.

Estava se formando naquele momento - espontaneamente? - a turma que hoje chega, chegou ou beira os 50 anos; além dele e do Milton, Edu, Gil, Paulinho da Viola, Dori, Chico, Francis, Sidney Miller. E atrás deles vinha gente.

Mergulhado em poesia, cinema, música, eu deixava girar na vitrola Milena e Coltrane, o Som de Meirelles e as *Coisas* de Moacyr Santos, Nana e Alaíde, Elis, Lia e via. Aí alguém veio me falar que ele entrara num estúdio para gravar seu primeiro disco. Domingo, ele e Gal, o risco de beleza anunciado na contracapa se confirmando no vinil. "Onde eu nasci passa um rio que passa no igual sem fim" me lembrando o rio da aldeia de Fernando Pessoa. E o avarandado do amanhecer.

POIS AÍ ELE ESTAVA na fase de lembranças, desgosto/banzo com o auxílio interno a que muitos somos obrigados para estar onde as coisas acontecem com mais força (o DDD, a ponte aérea, o fax e outros inventos, graças, vão tornar desnecessário este exílio). "No dia em que vim-me embora minha mãe chorava emai, minha irmã chorava em ui e eu nem olhava pra trás."

A gente é levado a deixar casas, amigos e referências e partir para a capital. "Ai quem me dera voltar, quem me dera um dia..." Todos nós passamos por este tempo de cantar a perda dos espaços inaugurais. Caetano, Milton e Gil - antes Caymmi e Gonzagão - fizeram isto e seguiram suas vidas.

Este cantar a terra natal, que era muito forte em Caetano, pode ter influenciado este simples letrista mineiro, menos de cinco anos mais novo. Eu também acabei cantando as minhas terras, mas só fui embora em canção e pensamento. Fiquei nas montanhas mesmo, meio *fool on the hill*, contemplando as coisas, sempre dando uma de beija-flor pelos lados cariocas e paulistas, às vezes do mundo. Nada que durasse muito, a saudade de casa sempre me chamou de volta.

AÍ VEIO ALEGRIA ALEGRIA e o tropicalismo. Veio *Tropicália*: "sobre as cabeças os aviões sobre os meus pés os caminhos aponta contra o chapadão meu nariz eu organizo o movimento eu oriento o carnaval eu inauguro um monumento no planalto central do país..."

Sempre tive a impressão que a grande contribuição do movimento e principalmente das ações e idéias de Caetano foi mais para o público interno, os jovens compositores da época.

Mais que revolucionar musicalmente, informava-se que todos os temas eram possíveis e que os estereótipos de bom e mau gosto eram furados. Para quem escrevia letras era a inquietação, novas luzes, novas possibilidades. Para o Brasil em geral, Caetano e amigos tocavam fundo na questão dos costumes. Enfim, condenava-se o terno e gravata das canções e das convenções sociais.

Para mim, fora a sensibilidade e a qualidade do trabalho, há em Caetano o destino de influenciar pessoas, abrir cabeças. Mais importante ainda, e este é o elogio que quero fazer em seu cinquentenário, é seu pluralismo. Eu admiro, e busco o mesmo em meu percurso, esta coragem de não se vincular às facilidades de credos, seitas e facções. A vida de um artista popular, num país onde se cobra participação e opinião sobre tudo o que acontece, é cheia de pedras. Agradar a mineiros e baianos é tarefa para deuses.

Nossos últimos 25 anos foram terríveis. O Brasil, o mundo e nós passamos por sofrimento e alegria, desencanto e esperança, mudanças inimagináveis. Mas a maior batalha, hoje e sempre, continua: a relação entre as pessoas. O conceito de cidadania passa pelo respeito pelo outro. Da comprovação de que somos semelhantes, e diferentes, é que nascerão a justiça social, a liberdade e o país que merecemos. A ditadura militar e a ditadura estética andaram juntas e muitos se perderam no caminho. Não aceitar as diferenças, não entender que elas é que somam, é um erro comum aos adeptos de qualquer tipo de ordem unida. Quando Caetano Veloso fez

50 anos gostaria de lembrar alguns exemplos de intolerância que o envolveram nesta trajetória. É proibido proibir, ele quis cantar, mas estudantes de São Paulo não permitiram. Vaiado pelos jovens, foi preso em seguida pelos militares e convencido a se exilar. Patrulhado à esquerda e à direita, muitas vezes não pôde impedir que admiradores seus se transformassem em patrulheiros da estética. Os festivais do fim dos anos 60 deram exemplos esclarecedores destes desvios. No Rio vaiou-se a premonitória canção do exílio de Tom e Chico por se entendê-la menos política que as flores de Vandrê. Em São Paulo, patrulhas reprimiram e jurados foram desonestos contra canções não tropicalistas.

CAETANO É DA DELICADEZA, da inteligência, dos belos horizontes. Araçá azul, qualquer coisa, jóia, estrangeiro, circuladô de fulô. Lembra aqueles fatos para realçar uma de suas melhores qualidades: ele é democrata, plural. Tem mil idéias e reconhece as dos outros. É de diálogo. Muitas vezes esteve envolvido em patrulhamento. Sempre como objeto. Como sujeito certamente não autorizou a visão pequena dos pretensos seguidores, nunca quis seguidores, quanto mais de viseiras. Artista brasileiro, ser do tempo, Caetano instiga a ética, ilumina os caminhos culturais do país.

Tenho, com ele, amor ao Brasil, confiança. Tenho por ele admiração e carinho.

ESTRANHA ORIGEM JÓIA



BRASIL AGORA

